

## Capítulo 1

# Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus

## Introdução

Duas grandes perguntas fornecem a este capítulo um argumento que parte do conceito de género<sup>1</sup> enquanto princípio basilar não só de organização e diferenciação social, mas também de construção de determinadas visões do mundo e da própria individualidade. Em primeiro lugar, vale perguntar que papéis e que identidades de género persistem, como modelos de fazer e de ser, nos valores da vida familiar. Numa segunda formulação, convém ainda indagar sobre as proximidades e as distâncias existentes entre homens e mulheres no respeitante aos ideais de vida familiar. Estaremos face a «representações hegemónicas», no sentido de Durkheim, ou, pelo contrário, a visões «gendrificadas» da família? Esta última questão é, além de pergunta, também a principal hipótese que orientou o nosso olhar sobre os resultados do inquérito «Família e papéis de género», realizado em 2002, conduzindo-nos, nas próximas páginas, através de uma sistemática comparação das atitudes expressas por homens e por mulheres face a

---

<sup>1</sup> Partimos, obviamente, da distinção entre sexo, variável estatisticamente observável, e género. O conceito de género não decorre, como se sabe, da natureza biológica do sexo, mas refere-se antes às categorias que representam, como «naturais» e opostas, as diferenças socialmente construídas entre o feminino e o masculino, codificando personalidades, identidades e comportamentos, idealtipicamente atribuídos às mulheres e aos homens. A este respeito v., por exemplo, Bourdieu (1998), Amâncio (1994), Vale de Almeida (1995), Connell (1995), Vasconcelos (2004) e Torres *et al.* (2006).

um conjunto alargado de tópicos sobre a vida familiar e a sua organização segundo papéis de género diferenciados ou iguais.

Não obstante algumas abordagens dos valores da vida familiar nem sempre corroborarem a força do género enquanto princípio de estruturação dos sistemas de representações sociais sobre a família, cedendo lugar a outras grandes coordenadas de diferenciação social (como a filiação religiosa ou a pertença geracional) (v. Arts e Halman, 2004, Georgas *et al.*, 2004, e Vandecasteele e Billiet, 2004) e apontando, por conseguinte, para uma relação de relativa independência entre valores, tendencialmente modernistas, e práticas sexualmente diferenciadas, insistimos em confrontar novamente esta hipótese com as atitudes sociais relativas ao mundo da vida privada. Afinal, num contexto de profundas transformações da ordem social de género e da própria família enquanto regime de género – para usar a terminologia proposta por Connell (1995 e 1996) –, é mais do que nunca oportuno investigar, aproveitando as possibilidades de comparação internacional proporcionadas pelo inquérito ISSP de 2002, os valores de género existentes nas sociedades europeias contemporâneas. Ainda que outras fracturas sociais, como as resultantes da diferenciação entre gerações ou grupos sócio-profissionais, sejam frequentemente mais flagrantes, é importante identificar as convergências e as divergências entre homens e mulheres no que respeita aos ideais de divisão do trabalho, de organização da família, de construção da identidade<sup>2</sup>.

Afinal, a compreensão da modernização das sociedades ocidentais dificilmente pode ignorar a centralidade assumida pelas mudanças nas relações sociais de género. Um dos pressupostos nucleares do processo de individualização (v. Beck e Beck-Gernsheim, 2000) – conceito muitíssimo utilizado para enquadrar e explicar as mudanças ocorridas ao abrigo da modernização – residiria precisamente no progressivo abandono dos papéis tradicionais, em benefício da igualdade de género<sup>3</sup>. Sem ela, a capacidade dos homens e das mulheres para a conquista de

<sup>2</sup> Com o mesmo objectivo relativamente a dados do *European Values Study* de 2002, v. o texto de Torres *et al.* (2006), em que os autores observam os padrões de diferenciação de género numa série de dimensões da vida social: a escolaridade e a religião, a política e a participação pública, a exposição aos *media* e o consumo de Internet. Em muitos destes aspectos, concluem os autores, as diferenças entre sexos são menores do que entre os vinte e um países analisados.

<sup>3</sup> Este é, aliás, um dos aspectos fundamentais da regulação jurídica, que progressivamente passou de uma norma restrita de igualdade (exclusiva das mulheres, de minorias raciais, etc.) para uma de igualdade universal. No sistema legal português, esta transição acontece logicamente em 1974, sendo particularmente acutilante no que respeita aos papéis de género (v. Almeida e Wall, 2001).

autonomia ficaria comprometida e a vida familiar permaneceria vinculada a lógicas de desigualdade e dominação. Mas, na verdade, apesar da popularidade de valores modernistas legitimadores da igualdade, da liberdade de escolha, de uma família relacionista, a diferenciação de género perdura quer nas práticas, quer nos códigos da feminilidade e da masculinidade. Se é inegável a paulatina passagem da ideia de mulher-natureza para a de mulher-indivíduo (v. Torres, 2001, Duby e Perrot, 1990-91, Burguière *et al.*, 1999, Roussel, 1987, e Segalen, 1993)<sup>4</sup>, bem como a própria desconstrução de uma masculinidade natural e hegemónica (v. Connell, 1995 e 1996, Bourdieu, 1998, Almeida, 1995, e Amâncio, 1994 e 2004), estes movimentos não anulam a força social de uma ordem de género estruturada pela desigualdade.

Em Portugal, a realidade «sexuada» (ou *gendrificada*) da família constitui uma flagrante evidência que, ao longo das últimas décadas, tem sobrevivido e convivido com as transformações do «lugar social das mulheres» (Infante, 1988 e 1989; Nazareth, 1993; Torres e Silva, 1998; Perista, 2002; Torres, 2001; Torres *et al.*, 2004; Wall, 2005), materializadas tanto em tendências sócio-demográficas e de mercado de emprego, cada vez mais feminizado, como em orientações normativas legitimadoras da igualdade de género (Vasconcelos, 1998; Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida, 2003; Aboim, 2005)<sup>5</sup>. Indubitavelmente, a entrada massiva das mulheres em esferas tradicionalmente masculinas (nomeadamente o sistema de ensino e o mercado de trabalho) constitui uma linha mestra das mudanças que, desde os anos 60, atravessaram a sociedade portuguesa, atirando as mulheres para fora da família (Silva, 1983; André, 1993). Contudo, a progressiva «conquista» feminina da esfera pública não se tem reflectido nem em igualdade de

<sup>4</sup> O protagonismo feminino é, aliás, reiterado por Almeida na análise que faz dos valores da vida familiar através dos dados do *European Values Study* de 1990 e 1999. Como refere Almeida (2003), p. 60: «A modernização da sociedade portuguesa mobiliza portanto, na linha da frente da mudança, as mulheres», fazendo uma apreciação que coincide com a ideia, defendida por alguns autores, de que a grande mudança, por detrás de todas as outras, se encontra na transformação profunda do estatuto das mulheres.

<sup>5</sup> Algumas das evoluções verificadas ao longo dos anos mais recentes são, sem dúvida, espectaculares. A par das mudanças nos comportamentos demográficos, que atestam a proliferação de novas formas de organizar a vida conjugal familiar (v., por exemplo, a diminuição do número de filhos por mulher, que passou de 1,6 em 1991 para 1,5 em 2001), é de relevar o aumento da taxa de actividade feminina, que passou de 53% em 1991 para 65% em 2001. Para um resumo das principais transformações da vida familiar, v. Almeida *et al.* (1998 e 1995), Ferreira (2003), Aboim (2003), Vasconcelos (2003), Wall (2003) e Guerreiro (2003).

oportunidades e recompensas<sup>6</sup> nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado. Aí elas continuam a ter a primazia, apesar, é certo, de uma crescente participação masculina nos labores da produção doméstica e parental.

Neste contexto, a questão do lugar social da mulher, cada vez mais estruturado por um tenso equilíbrio entre papéis públicos e privados, tem sido objecto de amplo debate académico e político. A conceptualização do género como elemento fundador dos processos sociais, a par com o interesse pela diversidade das formas de produção familiar, trouxe para a ribalta o tema da desigualdade, complexificando leituras excessivamente homogêneas ou individualistas da mudança social<sup>7</sup>. Ganharam relevo, por um lado, os dilemas colocados à mulher na vivência da sua «dupla jornada» entre o trabalho, a casa e os filhos (v., por exemplo, Wall e Guerreiro, 2005), bem como a discussão do carácter polissémico da própria noção de igualdade de género (v., por exemplo, Roux, 1999, Lennon e Rosenfield, 1994, e Rosenbluth *et al.*, 1998), ou ainda o carácter insidioso e persistente de códigos tradicionalistas de masculinidade e feminilidade. Insistiu-se, por outro lado, em escarpelizar o hiato entre práticas e representações e em encontrar explicações para a desigualdade de género analisando as relações entre privado e público, entre mercado de emprego, políticas sociais e divisão sexual do trabalho na família (Wall, 2006). Abriram-se, por outro lado ainda, os horizontes dos estudos sobre o género, ao perceber-se que o modelo tradicional de masculinidade cedia lugar a novos pluralismos nos papéis masculinos (Almeida, 1995; Amâncio, 1994; Connell, 1995 e 1996; Kimmel e Messner, 1995). Transformava-se assim o homem em objecto de análise, ao mesmo tempo que se indagava sobre os processos de construção e fragmentação das identidades masculinas. Seja pela força da mudança simbólica, que instaurou uma forte representação da igualdade como norma legítima, seja pelas transformações no papel das mulheres e na organização da família, seja ainda pela visibilidade social e política de «masculinidades não hegemónicas» (nomeadamente protagonizadas pelos movimentos *gay* e *transgénero*),

<sup>6</sup> V. a discrepância entre as remunerações dos homens e das mulheres com o mesmo nível de qualificações, a diminuição do número de mulheres em lugares de topo na carreira profissional, a reduzida proporção de mulheres em cargos públicos e políticos. (v., por exemplo, Torres *et al.*, 2004, e Viegas e Faria, 2001).

<sup>7</sup> Reside neste ponto uma crítica por vezes feita à teoria da individualização proposta por U. Beck: a de não conceptualizar as desigualdades de género que ainda permanecem e que dão origem a formas de individualização diferenciadas consoante sejam operadas no masculino ou no feminino.

é certo que o aumento de brechas no modelo de masculinidade tradicional abriu o espaço da discussão.

O cuidar dos filhos, a vocação crescentemente relacional e igualitária da conjugalidade ou a participação doméstica idealmente pedida ao homem surgem cada vez mais em confronto com as exigências da ética do trabalho, da responsabilidade patriarcal e da autoridade, outra e ainda hoje associadas a uma masculinidade cuja lógica de dominação simbólica sublinha a antítese com o feminino (afectivo, passivo, dominado...). Trata-se, na verdade, de mudanças que não só desafiam a organização das práticas no seio familiar, mas igualmente interpelam, a jusante e a montante, o campo dos valores e o das próprias identidades de género.

Bem conhecidas as clivagens existentes nas práticas de divisão do trabalho, gerando o habitual hiato entre a igualdade como dever-ser e a igualdade como realização<sup>8</sup>, preferimos insistir na investigação dos valores de género, perscrutando as eventuais ambivalências e fracturas da retórica modernista da igualdade na família, hoje tendencialmente dominante, como atestam vários estudos sobre os valores realizados em Portugal e noutros países europeus. Através do inquérito «Família e papéis de género», por um lado, é possível explorar as convergências e divergências entre homens e mulheres face a um vasto conjunto de indicadores atitudinais sobre os papéis de género e a organização da família; por outro, é possível estabelecer a comparação entre vários países europeus, investigando a especificidade de que se podem revestir os valores de género na vida familiar em contextos sociais e históricos diferentes.

Nas próximas secções organizam-se os resultados em função de uma comparação por género, em que se começa por distinguir as principais estruturas, continuidades e clivagens encontradas na sociedade portuguesa. Procede-se depois à comparação europeia, descobrindo no entrelaçar das diferenças nacionais e de género vários padrões normativos e várias formas de conceber a masculinidade e a feminilidade nos valores da vida familiar. Inicia-se a análise com uma breve comparação de quinze países que nos ajuda a situar Portugal e os outros seis países observados mais detalhadamente no mapa europeu dos valores. A escolha destes países — Espanha, França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, República Checa e Suécia — obedece a orientações comuns do livro<sup>9</sup>,

<sup>8</sup> A este propósito, v. neste livro o capítulo de L. Amâncio sobre práticas de divisão do trabalho doméstico e o de K. Wall sobre modelos atitudinais de divisão sexual do trabalho pago e não pago.

<sup>9</sup> V. introdução.

cujo objectivo consistia em obter uma visão diversificada e abrangente da realidade europeia: desde os países do Sul à Escandinávia, passando pelo antigo bloco de Leste. Cada país representa, afinal, um regime de género particular, cujo impacto nos valores será adiante objecto de análise.

Num terceiro momento procura-se estabelecer a correspondência entre valores e práticas, seleccionando alguns indicadores-chave de diferenciação de género e observando, nos sete países seleccionados, as diferentes combinatórias operadas entre os dois níveis de realidade. Finalmente, avança-se um pouco mais em questões da determinante social dos valores e explora-se, em cada país, o impacto de um conjunto alargado de variáveis biográficas, familiares e sociais.

## A família como «regime de género» na sociedade portuguesa

Os dados nunca falam por si próprios; há que interpelá-los, confrontá-los com interrogações, dar-lhes um fio condutor. Aqui, face ao desafio de encontrar padrões de género na família, mais ou menos partilhados por homens e mulheres, optámos por reorganizar os indicadores disponíveis no inquérito, perguntas já habituais neste tipo de estudos (v., nomeadamente, Almeida, 2003), segundo várias dimensões de análise. Construímos, assim, nove índices de atitudes (v. quadro 1.1), que, somando as questões relevantes sobre cada tema, permitiram situar as respostas individuais numa escala de variação entre (1) valores tradicionalistas e sexualmente diferenciados e (5) valores modernistas e igualitários. Através deste procedimento operacionalizaram-se, por conseguinte, eixos de análise muito importantes para compreender as relações de género na família. A nível da divisão do trabalho são quatro os aspectos fundamentais: a relação entre trabalho profissional feminino e maternidade, o papel social feminino (entre a mulher mãe e dona de casa e a mulher profissionalmente independente), o papel do homem no trabalho doméstico e nos cuidados aos filhos e a divisão do trabalho pago no casal. No que respeita à organização da vida familiar, segundo orientações mais institucionalistas ou mais relacionistas, investigámos a posição assumida face ao divórcio, o grau de aceitação da coabitação informal e o vínculo mais ou menos rígido entre parentalidade (ser mãe ou ser pai) e casamento. Por fim, a centralidade concedida ao casamento e aos filhos enquanto elementos de realização

pessoal e bem-estar informa-nos sobre a importância da família na construção da própria individualidade.

Não obstante terem sido construídos com base em pressupostos teóricos, visando facilitar a comparabilidade internacional dos dados, a maioria dos índices revela consistência estatística, sublinhando a associação dos indicadores seleccionados para construir cada uma das nove dimensões<sup>10</sup>. O que pretendíamos era, na verdade, obter uma visão tão alargada quanto possível dos valores de género na vida familiar, de forma a explorar tanto as ambiguidades normativas inerentes à sua produção em contextos sociais de desigualdade entre homens e mulheres como as especificidades de cada país.

Mas depois desta breve explicação metodológica iniciemos a análise dos resultados, começando por Portugal.

Em primeiro lugar, impõe-se destacar uma das principais conclusões aplicáveis ao caso português, reafirmando tendências já delineadas ao longo dos anos 90. Nas atitudes face à vida familiar, tanto homens como mulheres oscilam entre posições extremamente modernistas nuns aspectos e consideravelmente tradicionalistas noutros (quadro 1.1). Liberais e pouco institucionalistas em relação ao casamento (aceita-se o divórcio e a união de facto) e à divisão conjugal do trabalho (acha-se que o homem deve participar no trabalho não pago e a mulher no trabalho pago), os portugueses assumem posições mais conservadoras sempre que a tónica é colocada sobre a criança e a parentalidade, deixando transparecer valores bastante «maternalistas» e um forte centramento identitário nos filhos. Esta combinação específica de valores, por vezes aparentemente contraditórios, permite desconstruir a ideia de uma relação linear entre tradição e modernidade, complexificando-a, e, ao mesmo tempo, identificar os traços-chave da família enquanto regime simbólico de género. Protagonistas incontestáveis da mudança, também no plano dos valores (v. Almeida, 2003), são ainda sobretudo as mulheres a ver divididos e fragmentados o seu papel e a sua identidade entre a casa e os filhos e o direito à participação na esfera pública.

<sup>10</sup> V. valores dos alfas de Cronbach e das correlações de Pearson discriminados no quadro 1.1 para cada um dos nove índices.

Quadro 1.1 – Atitudes face à vida familiar segundo o sexo, Portugal

Percentagem de concordo e concordo totalmente	Total (n = 1092)	Homens (n = 520)	Mulheres (n = 572)	cc (a)
<b>Emprego feminino e maternidade (b)</b> (Portugal: $\alpha = 0,65$ ; sete países: $\alpha = 0,60$ )	<b>2,72</b>	<b>2,71</b>	<b>2,73</b>	n. s.
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa	57,3	58,1	56,6	n. s.
É provável que uma criança pequena (até ir para a escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa	78,4	80,3	76,6	n. s.
Quando a criança é menor de 6 anos, a mulher deve ter um emprego a tempo inteiro	12,1	12,6	11,7	0,08***
<b>Papel feminino (dona de casa vs. independência profissional),</b> (Portugal: $\alpha = 0,62$ ; sete países: $\alpha = 0,59$ )	<b>3,08</b>	<b>2,94</b>	<b>3,20</b>	$F(1, 1055) = 33,50$ , $p < 0,001$
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos	60,8	62,7	59,2	0,10***
Ser dona de casa é tão gratificante como ter um emprego	50,7	54,8	47,0	0,15***
A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego	75,4	69,1	81,2	0,17***
<b>Papel masculino na esfera doméstica</b> (Portugal: $r = 0,51$ , $p < 0,001$ , sete países: $r = 0,70$ , $p < 0,001$ )	<b>4,11</b>	<b>3,97</b>	<b>4,24</b>	$F(1, 1081) = 41,58$ , $p < 0,001$
Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente	85,0	81,5	88,2	0,19***
Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente	86,2	81,9	90,2	0,17***
<b>Divisão conjugal do trabalho pago</b> (Portugal: $r = -0,27$ , $p < 0,001$ , sete países: $r = -0,16$ , $p < 0,001$ )	<b>3,87</b>	<b>3,80</b>	<b>3,92</b>	$F(1, 1073) = 5,61$ , $p < 0,02$
Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar	93,3	92,3	94,2	n. s.
Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	33,5	34,6	32,5	0,11***

Percentagem de concordo e concordo totalmente	Total (n = 1092)	Homens (n = 520)	Mulheres (n = 572)	cc (a)
<b>Casamento e divórcio</b> (Portugal: $r = -0,05$ , $p = 0,001$ ; sete países: $r = -0,10$ , $p < 0,001$ )	<b>4,18</b>	<b>4,14</b>	<b>4,22</b>	$F(1, 1076) = 4,22$ , $p < 0,04$
É melhor ter um mau casamento do que não estar casado(a)	4,2	4,1	4,2	0,13***
Quando um casal não consegue resolver os problemas do seu casamento, o divórcio é a melhor solução	78,8	79,5	78,2	n. s.
<b>Parentalidade e casamento</b> (Portugal: $r = -0,26$ , $p = 0,001$ ; sete países: $r = 0,22$ , $p < 0,001$ )	<b>2,84</b>	<b>2,69</b>	<b>2,97</b>	$F(1, 1078) = 20,33$ , $p < 0,001$
As pessoas que querem ter filhos devem casar	48,7	52,6	45,2	0,11***
Um pai sozinho, ou uma mãe sozinha, pode criar um filho tão bem como os dois juntos	37,3	30,2	43,7	0,16***
<b>Coabitação e informalidade</b> (Portugal: $r = 0,56$ , $p = 0,001$ ; sete países: $r = 0,57$ , $p < 0,001$ )	<b>3,71</b>	<b>3,75</b>	<b>3,67</b>	n. s.
Não faz mal duas pessoas viverem juntas sem quererem casar	81,5	84,4	79,1	0,08***
Quando duas pessoas tencionam casar é boa ideia viverem juntas antes do casamento	58,0	59,5	56,6	n. s.
<b>Centramento na criança</b> (Portugal: $r = 0,27$ , $p = 0,001$ ; sete países: $r = 0,30$ , $p < 0,001$ )	<b>1,87</b>	<b>1,92</b>	<b>1,81</b>	$F(1, 1032) = 6,00$ , $p < 0,01$
Ver os filhos crescer é a maior alegria da vida	96,4	96,4	96,4	0,12***
Pessoas que nunca tiveram filhos têm umas vidas vazias	62,1	59,5	64,5	0,08***
<b>Centramento no casamento</b>	<b>3,15</b>	<b>2,99</b>	<b>3,29</b>	$F(1, 1066) = 20,95$ , $p < 0,001$
Em geral, as pessoas casadas são mais felizes do que as não casadas	27,2	34,3	20,6	0,19***
<b>Índice global (nove dimensões)</b>	<b>3,30</b>	<b>3,22</b>	<b>3,38</b>	$F(1, 917) = 27,52$ , $p < 0,001$

\*\*\*  $p < 0,001$ .

(a) Coeficiente de contingência.

(b) Todos os índices de atitudes apresentados foram construídos numa escala de variação de 1 – atitudes tradicionalistas a 5 – atitudes modernistas.

É verdade que, no âmbito da divisão sexual do trabalho, os inquiridos e as inquiridas portuguesas revelam posições tendencialmente modernistas relativamente ao papel do homem na esfera doméstica e à divisão do trabalho pago no casal – mais de 80% dos homens e das mulheres consideram que aquele deve participar mais nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, subindo para mais de 90% a percentagem dos que pensam ser de ambos a responsabilidade de contribuir para o rendimento familiar (quadro 1.1). No entanto, as atitudes são bastante mais tradicionalistas quando se opina sobre o papel social feminino, sublinhando a dualidade entre o ideal de mulher como mãe e dona de casa e o de mulher como pessoa independente. Afinal, um significativo número de indivíduos concorda com ambas as proposições: 75% dos inquiridos acham que a melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego, enquanto cerca de dois terços afirmam que o que elas realmente desejam é ter uma casa e filhos. Mais conservadoras e ambíguas são ainda as atitudes face ao impacto do trabalho feminino sobre a relação mãe/filhos. Se mais de 50% dos homens e quase metade das mulheres pensam que o trabalho feminino não impede a boa relação entre mãe e filhos, apenas 12% dos portugueses aderem à ideia de esse trabalho ser a tempo inteiro quando as crianças têm idade pré-escolar.

Além disso, nas dimensões que envolvem o «ser pai ou ser mãe» e o lugar da criança na família os portugueses atribuem de forma hegemónica uma enorme centralidade à descendência (96,4% concordam que «ver os filhos crescer é a maior alegria da vida» e 62,1% acham mesmo que as pessoas que nunca tiveram filhos têm vidas vazias), fazendo a colagem entre bem-estar individual e parentalidade. Em contraste com a centralidade absoluta da criança enquanto fonte de gratificação e identidade, o casamento não parece ser tão necessário para a felicidade individual. Apenas 27,2% dos inquiridos – aliás mais homens do que mulheres – pensam que as pessoas casadas são mais felizes, valor suficientemente contrastante com o peso simbólico atribuído à criança. No entanto, apesar de o casamento não surgir como condição *sine qua non* da felicidade, o ideal de família com filhos continua a ser maioritariamente biparental. Cerca de metade (48,7%) dos inquiridos acha que «as pessoas que querem ter filhos devem casar», não indo além dos 37,3% a proporção dos que consideram que um pai, ou uma mãe sozinha, pode criar tão bem um filho como os dois juntos. São novamente os homens quem mais afirma o vínculo entre casamento e parentalidade.

A tendência para a erosão dos fundamentos mais institucionalistas do casamento é reiterada pela expressiva aceitação do divórcio e por uma atitude liberal relativamente à coabitação. A esmagadora maioria dos portugueses recusa a ideia de que «é melhor um mau casamento do que não estar casado», não indo além dos 4,2% a percentagem dos que concordam com a afirmação. Em contrapartida, 78,8% dos inquiridos portugueses pensam que o «divórcio é a melhor solução para um mau casamento». A dissolubilidade do casamento é, assim, uma ideia bastante aceite, encontrando-se entre os portugueses as posições mais modernistas relativamente a este tópico: na escala de «(1) tradicionalista a (5) modernista», estes têm, globalmente, um índice de resposta de 4,18 face a uma média de 3,98 para o conjunto dos quinze países analisados<sup>11</sup>. Para 81,5% dos inquiridos portugueses também não faz mal duas pessoas viverem juntas sem casar e mais de metade da amostra até acha boa ideia que se «experimente» a relação antes de a formalizar.

Em traços gerais, convém salientar que, no caso português, posições modernistas face ao papel masculino na esfera doméstica, à divisão do trabalho pago no casal ou à informalização e dissolubilidade do casamento convivem com valores familialistas e maternalistas, bem expressos no ideal de família biparental, na extrema centralidade da criança e na visão negativa do impacto do trabalho feminino sobre os filhos pequenos. Sem dúvida, este quadro normativo sugere, como constitui habitual argumento a partir da proposta de Inglehart (Inglehart, 1997; Inglehart e Baker, 2000), uma adesão maior a «valores seculares»<sup>12</sup> do que a «valores de individualização». Se o casamento, por si só, se afasta da rigidez institucionalista, os filhos fecham o espaço do indivíduo, parentalizando a identidade e trazendo à tona a primazia do familiar, mesmo num quadro de legitimação afectiva das relações.

Em que medida encontramos aqui um regime de valores de género?

<sup>11</sup> Portugal, Espanha, França, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha (Occidental e Oriental), Reino Unido (Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), Irlanda, Holanda, Suíça, República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia.

<sup>12</sup> Deve ser feito um esclarecimento sobre o conceito: por «valores seculares» o autor entende aqueles que se distanciam da institucionalidade, da rigidez fundada na religião, da indissolubilidade dos vínculos familiares. Na verdade, Inglehart chama ao conjunto de indicadores que medem a adesão a este tipo de valores o eixo de secularização, fundando a sua proposta de análise da evolução social dos valores no cruzamento deste último eixo com um segundo – o eixo da individualização, que abarca o conjunto de valores centrados no reforço da autonomia individual, na igualdade e na realização pessoal. O diagnóstico de uma determinada sociedade é então feito pelo lugar que ocupa na intersecção destes dois eixos analíticos.

Em primeiro lugar, os valores maternalistas, largamente partilhados por homens e por mulheres, constituem peça fundamental no esquema da desigualdade. A criança significa para ambos a maior alegria da vida, mas são, apesar de tudo, elas quem mais associa a ausência de filhos a uma vida vazia. Mais ainda, se a centralidade da criança é unânime, continua a ser o emprego feminino a estar em causa quando existem filhos pequenos e é à mulher que se reserva ambiguidade de funções, ora no seu papel de mãe e dona de casa, ora como indivíduo independente e ganha-pão. A transversal afirmação da participação masculina na esfera doméstica não anula, portanto, os dilemas normativos colocados ao feminino. Ambiguidades que, embora se revelem nas orientações normativas masculinas, ganham força no discurso das mulheres sobre o seu próprio papel social. Mais de 80% destas sublinham a importância da independência feminina através da profissão, mas quase metade acaba também por se identificar com o ideal de mulher mãe e dona de casa. Para os homens, o feminino continua, de maneira mais pacífica, a estar conotado com o espaço da vida privada e as funções reprodutivas.

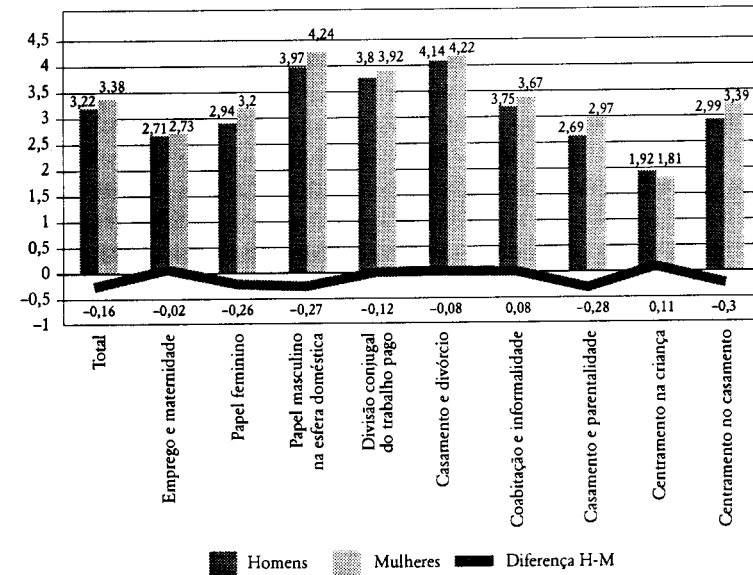
Em segundo lugar, importa dar mais relevo às clivagens de género (figura 1.1), observando desde logo, nas diferenças de atitudes entre homens e mulheres, uma vantagem sistemática das segundas, cuja posição na escala dos valores modernistas é sempre dianteira. Tendência, aliás, comum a todos os países analisados, como adiante se verá (v. figura 1.7). Ao somarmos as nove dimensões, construindo um índice global de atitudes face à vida familiar, observamos, por conseguinte, que a média das respostas masculinas (3,22) pende um pouco mais para o pólo tradicionalista da escala, quando comparada com a das respostas femininas (3,38). Distância pequena, é verdade, mas ainda assim estatisticamente significativa da representação de uma desigualdade segundo o género nos valores da vida familiar<sup>13</sup>.

No epicentro das clivagens estão as posições assumidas perante o casamento e o ideal de família com filhos, bem como face ao papel social feminino e ao papel do homem na esfera doméstica. De uma forma geral, o casamento parece ser mais central para a felicidade dos homens, também eles mais conservadores na adesão a uma norma biparental de família. Por outro lado, a visão masculina do papel social das mulheres, e em certa medida também do seu próprio papel no

<sup>13</sup> Na amostra portuguesa, relativamente aos indicadores, a análise da variância por sexo mostrou-se significativa:  $F(1, 917) = 27,52, p < 0,001, \eta^2 = 0,03$ .

espaço doméstico, pende comparativamente para o pólo conservador. Eles, face a elas, tendem a acentuar mais o traçado tradicional e dependente do feminino e a vincar um pouco menos a participação doméstica do homem, apesar de uma adesão muito significativa à ideia da entrada masculina no espaço da casa e dos filhos.

Figura 1.1 – Diferenças atitudinais entre homens e mulheres, Portugal (n = 1992)



Em suma, seria apenas parcialmente verdadeiro entregar todo o protagonismo destas clivagens às mulheres. Se no feminino se discutem grandes ambiguidades normativas, aliás encabeçadas pelas próprias mulheres, e se cristalizam alguns valores conservadores que mantêm vivo o arquétipo de «mulher-natureza», a entrada do homem na esfera doméstica confere alguma centralidade ao homem no esquema simbólico da desigualdade. Afinal, o seu papel social também está em causa, exigindo-lhe participação em espaços e competências tradicionalmente femininos.

Em contraste com esta estrutura de diferenciação que pondera os papéis e as identidades de género, a par do modelo ideal de família com filhos, enquanto principais «pomos da discórdia», os homens e as

mulheres portuguesas, tendencialmente modernistas, expressam concordância nas atitudes relativas ao impacto negativo do trabalho feminino sobre a criança, à aceitação do divórcio e à coabitação conjugal. São igualmente pouco dissemelhantes na afirmação da centralidade da criança, embora as mulheres a acentuem acrescidamente. Conjugalidades desinstitucionalizadas, ainda que muito voltadas para a criança e a maternidade, constituem ideários consideravelmente partilhados por homens e mulheres, acentuando, sob certos aspectos, a ausência de discrepâncias de género relevantes. Homens e mulheres convergem, afinal, em alguns valores da vida conjugal e familiar, ambos concordando também sob aspectos fundamentais do esquema social da desigualdade de género. O ideário algo tradicionalista da maternidade, comum a ambos, assim o comprova.

A propósito da força do género enquanto princípio de diferenciação social têm-se esgrimido argumentos que apontam para a diminuição do chamado *gender gap* nas sociedades ocidentais contemporâneas: o sucesso escolar das mulheres, a sua profissionalização e a sua crescente participação na esfera pública têm contribuído para estreitar a distância entre homens e mulheres em muitos domínios (v., a este propósito, Inglehart, 2003, e Torres *et al.*, 2006). No entanto, como constatámos, permanecem activas algumas clivagens estruturais no plano dos valores da vida familiar. Resta saber como se equilibram as diferenciações observadas segundo o género face a outras variáveis fracturantes na sociedade portuguesa, como o são a idade ou a escolaridade.

### **Género e outras diferenciações estruturais na sociedade portuguesa**

Numa observação global, os dados sobre as atitudes face à vida familiar revelam, sem dúvida, maiores variações estatísticas segundo a idade e sobretudo o nível de escolaridade dos homens e das mulheres inquiridos (quadros 1.2 e 1.3). Na maioria das dimensões analisadas, o padrão de respostas é afectado por ambas as variáveis, como é demonstrado pela análise de variância, quase sempre mais sensível às diferenças etárias e educacionais do que às introduzidas pela variável «sexo». Afinal, quer se seja homem ou mulher, tende-se, seguindo um padrão quase linear, a ser mais liberal quando se é mais novo e mais escolarizado, e vice-versa.

No entanto, uma análise mais detalhada dos padrões de variação dos nossos nove índices permite reencontrar o efeito de género nos valores da

vida familiar. Mais insidiosas do que as geradas pelas desigualdades de geração ou de capitais escolares, as clivagens entre homens e mulheres mantêm-se estatisticamente significativas no interior de todos os grupos etários e de todos os grupos de escolaridade (figuras 1.2 e 1.3), ainda que pareçam perder força numa comparação global. Existe certamente mais continuidade entre homens e mulheres com a mesma idade e com a mesma escolaridade do que entre homens e mulheres de gerações e meios sociais diferenciados. Apesar disso, tal como as mais velhas, as mulheres mais novas continuam a ser mais modernistas do que os homens da mesma faixa etária. Algo semelhante sucede com os indivíduos de todos os níveis educacionais: quer tenham pouca escolaridade, quer tenham o ensino superior, as mulheres mantêm, relativamente aos homens com perfil social idêntico, a posição dianteira na escala de atitudes. Em suma, se o «efeito de género» apresenta, a nível dos valores, menos intensidade do que o provocado por outras desigualdades estruturais, não deixa de estabelecer um padrão de diferenciação também no interior dos grupos sociais e geracionais.

Mais ainda, o factor «género» pode mesmo contribuir para a compreensão do impacto gerado por outras coordenadas sociais. Não é seguramente espúrio o efeito «gendrificado» das variáveis etárias e de escolaridade; afinal, a idade constitui uma coordenada mais poderosa para produzir a diferenciação intragrupal no caso dos homens, enquanto a escolaridade parece influenciar mais as variações interiores ao grupo das mulheres (v.  $\eta^2$ ). Quer dizer, em suma, que a distância entre os homens situados na base ou no topo da pirâmide escolar é um pouco menor do que aquela que separa as mulheres em idênticas posições. Encontramos aqui uma provável consequência do rápido movimento de escolarização feminina em Portugal ao longo das últimas décadas, aumentando, assim, a diferenciação interna entre mulheres com baixos e elevados capitais académicos.

Na verdade, como observamos através das figuras 1.2 e 1.3, a «medida» das clivagens de género não é absolutamente idêntica em todos os grupos. Mais uma vez, as variações introduzidas pela idade ou pelo nível de escolaridade revelam os seus efeitos. No que respeita às coordenadas etárias, notamos que a distância aumenta com a idade, sendo maior entre os homens e as mulheres com 65 ou mais anos. Relativamente à escolaridade, encontramos uma alargada clivagem quando se trata de indivíduos com níveis superiores de ensino. Por um lado, face aos dados etários, ganha validade a hipótese de que, no domínio dos valores, se assiste a um movimento de convergência entre homens e mu-



## Quadro 1.2 – Atitudes face à vida familiar segundo a idade e o sexo, Portugal

(n = 1091) (a)

	Índice global	Emprego e maternidade	Papel feminino	Papel masculino	Div. conjugal trab. pago	Casamento e divórcio	Parentalidade e casamento	Coabitação e informalidade	Centralidade do casamento	Centralidade da criança
<b>Homens e mulheres</b>										
<b>Total</b>	3,30	2,72	3,08	4,11	3,87	4,18	2,84	3,71	3,15	1,86
18-29 anos	3,55	3,09	3,18	4,22	4,26	4,09	3,33	4,00	3,51	2,18
30-44 anos	3,35	2,80	3,11	3,97	3,96	4,17	3,02	3,81	3,29	1,96
45-64 anos	3,26	2,60	3,11	4,12	3,75	4,28	2,73	3,72	3,04	1,73
65 anos ou mais	2,99	2,37	2,86	4,16	3,45	4,14	2,20	3,25	2,70	1,61
$\eta^2$ ( $p < 0,001$ )	0,16	0,10	0,02	0,02	0,11	0,01	0,14	0,07	0,08	0,08
<b>Homens</b>										
<b>Total</b>	3,22	2,71	2,94	3,97	3,80	4,14	2,69	3,75	2,99	1,92
18-29 anos	3,47	2,98	2,96	4,06	4,25	4,06	3,08	4,07	3,39	2,23
30-44 anos	3,26	2,85	2,94	3,75	3,85	4,07	2,92	3,76	3,23	2,09
45-64 anos	3,18	2,60	3,00	4,02	3,71	4,28	2,57	3,76	2,80	1,73
65 anos ou mais	2,86	2,29	2,83	4,09	3,27	4,11	1,98	3,29	2,41	1,62
$\eta^2$ ( $p < 0,001$ )	0,20	0,11	n. s.	0,03	0,16	0,02	0,15	0,07	0,12	0,11
<b>Mulheres</b>										
<b>Total</b>	3,38	2,73	3,20	4,24	3,92	4,22	2,97	3,68	3,29	1,81
18-29 anos	3,63	3,21	3,41	4,39	4,27	4,13	3,61	3,92	3,64	2,12
30-44 anos	3,43	2,75	3,28	4,18	4,07	4,27	3,12	3,86	3,35	1,83
45-64 anos	3,35	2,61	3,22	4,21	3,79	4,28	2,87	3,69	3,27	1,74
65 anos ou mais	3,08	2,43	2,88	4,22	3,58	4,16	2,35	3,22	2,92	1,61
$\eta^2$ ( $p < 0,001$ )	0,16	0,11	0,06	n. s.	0,09	n. s.	0,16	0,07	0,05	0,06

(a) Variância por sexo:  $F(1, 917) = 27,52, p < 0,001, \eta^2 = 0,03$ ; variância por escolaridade:  $F(4, 914) = 78,71, p < 0,001, \eta^2 = 0,26$ .

## Quadro 1.3 – Atitudes face à vida familiar segundo a escolaridade e o sexo, Portugal

(n = 1091) (a)

	Índice global	Emprego e maternidade	Papel feminino	Papel masculino	Div. conjugal trab. pago	Casamento e divórcio	Parentalidade e casamento	Coabitação e informalidade	Centralidade do casamento	Centralidade da criança
<b>Homens e mulheres</b>										
<b>Total</b>	3,30	2,72	3,08	4,11	3,87	4,18	2,84	3,71	3,15	1,86
Nenhum	3,00	2,39	2,84	4,12	3,43	4,04	2,34	3,29	2,77	1,57
1.º ciclo do ensino básico	3,12	2,46	2,95	4,00	3,57	4,26	2,56	3,55	2,90	1,69
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	3,38	2,79	3,08	4,12	4,00	4,15	3,06	3,87	3,33	1,92
Ensino secundário	3,62	3,22	3,32	4,25	4,36	4,19	3,35	4,07	3,51	2,16
Ensino superior	3,66	3,18	3,59	4,19	4,46	4,31	3,18	4,01	3,51	2,49
$\eta^2$ ( $p < 0,001$ )	0,26	0,15	0,09	0,01	0,20	0,02	0,13	0,08	0,07	0,13
<b>Homens</b>										
<b>Total</b>	3,22	2,71	2,94	3,97	3,80	4,14	2,69	3,75	2,99	1,92
Nenhum	2,87	2,44	2,77	3,93	3,36	3,85	2,27	3,28	2,53	1,64
1.º ciclo do ensino básico	3,04	2,42	2,87	3,90	3,48	4,23	2,43	3,63	2,71	1,71
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	3,29	2,82	2,88	3,98	3,92	4,09	2,85	3,86	3,15	2,01
Ensino secundário	3,50	3,07	3,12	4,10	4,24	4,16	3,10	4,01	3,40	2,20
Ensino superior	3,52	3,11	3,37	4,01	4,35	4,24	2,84	3,87	3,30	2,39
$\eta^2$ ( $p < 0,001$ )	0,22	0,13	0,05	n. s.	0,17	0,03	0,08	0,05	0,08	0,10
<b>Mulheres</b>										
<b>Total</b>	3,38	2,73	3,20	4,24	3,92	4,22	2,97	3,68	3,29	1,81
Nenhum	3,04	2,38	2,86	4,18	3,44	4,10	2,36	3,29	2,84	1,55
1.º ciclo do ensino básico	3,24	2,52	3,05	4,13	3,68	4,30	2,74	3,45	3,16	1,66
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	3,50	2,75	3,33	4,30	4,10	4,23	3,32	3,88	3,57	1,81
Ensino secundário	3,71	3,32	3,47	4,36	4,45	4,21	3,56	4,12	3,60	2,14
Ensino superior	3,81	3,24	3,78	4,36	4,56	4,37	3,49	4,14	3,70	2,58
$\eta^2$ ( $p < 0,001$ )	0,33	0,18	0,15	0,02	0,23	0,02	0,20	0,11	0,09	0,16

(a) Variância por sexo:  $F(1, 917) = 27,52, p < 0,001, \eta^2 = 0,03$ ; variância por escolaridade:  $F(4, 914) = 78,71, p < 0,001, \eta^2 = 0,26$ .

Iheres; por outro lado, evidencia-se novamente o impacto da escolarização feminina, a atirar as mulheres para posições marcadamente modernistas na concepção da vida familiar e das relações sociais de género.

Figura 1.2 – Diferença de atitudes (índice global) entre homens e mulheres segundo os grupos etários, Portugal ( $n = 1091$ )

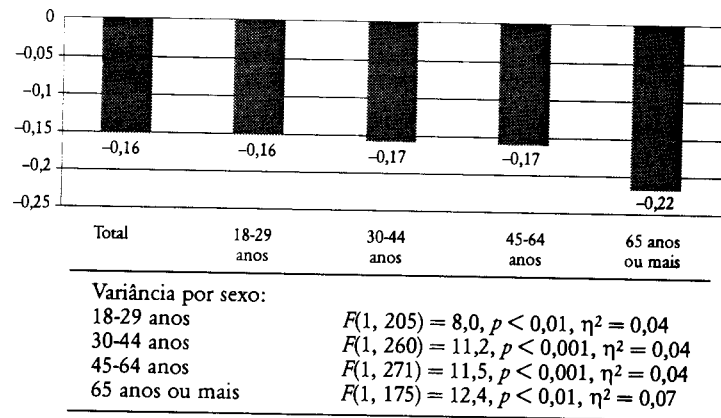
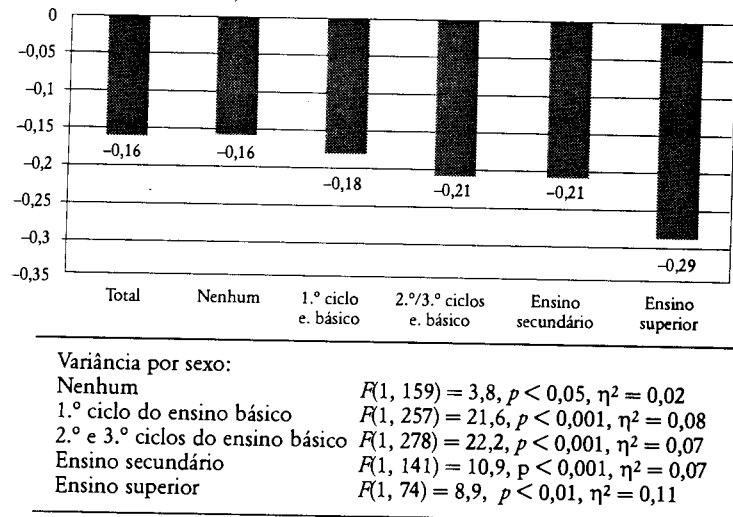


Figura 1.3 – Diferença de atitudes (índice global) entre homens e mulheres segundo os grupos de escolaridade, Portugal ( $n = 1092$ )



Uma análise centrada no conceito de género, enquanto princípio de diferenciação social, não equivale a reificar categorias sexuais, independentemente das inserções específicas dos indivíduos na estrutura social. O género não pode ser conceptualizado na qualidade de categoria unitária e omnirrelevante nos processos sociais. Dir-se-á antes que as pertenças estruturais dos indivíduos influenciam os modos de vivência do género e a sua definição: cada grupo social, cada geração, têm modos particulares de conceptualizar, nas representações e nas práticas, a diferenciação entre masculino e feminino. Como nos disse a este propósito Almeida (1995, p. 130): «Ao contrário da classe ou das instituições sociais, como a família, o género cruza-as, por assim dizer, transversalmente.» Quer dizer: o género é uma categoria que se encontra no interface das inúmeras pertenças sociais dos indivíduos, não possuindo um contexto organizacional específico, mas adquirindo realidade nos diferentes contextos que por ele se encontram mais ou menos marcados.

## Os homens e as mulheres face à família em vários países europeus

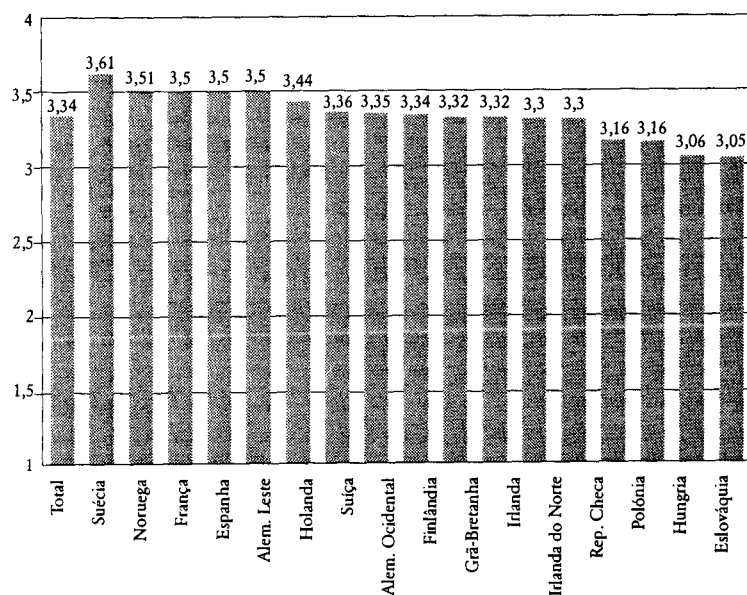
Feito o retrato das mulheres e dos homens portugueses face aos valores da vida familiar, observamos, num primeiro momento, a posição média de Portugal num mapa alargado a quinze países europeus integrantes do ISSP. Compara-se depois, com maior pormenor, a estrutura das clivagens e continuidades de género em Portugal e noutros seis países. Como veremos, estes países situam-se em *clusters* específicos de valores de género face à vida familiar. Evidentemente, este trabalho comparativo a partir de indicadores tão sintéticos como são as médias nacionais não é realizado sem consciência dos limites e riscos nele envolvidos. A maneira como doravante nos referimos aos países, como se se tratasse de entidades homogéneas, não decorre de qualquer essencialismo ignorante da sua diversidade interna, mas resulta apenas de uma estratégia metodológica de apresentação dos resultados. Estes devem, portanto, ser sobretudo interpretados enquanto indicativos de determinadas dinâmicas de continuidade e mudança nas visões da vida familiar e das relações sociais de género.

### Um mapa de valores a quinze países

Em traços gerais, a comparação europeia do índice global de atitudes face à vida familiar coloca Portugal numa posição em torno da média

dos quinze países da amostra, que é de 3,34. Uma posição moderadamente modernista, portanto. Pese embora o facto, aliás importante, de todos os países ultrapassarem, nos valores médios, a barreira do meio da escala, todos apresentam médias acima do valor 3 numa escala de (1) atitudes tradicionalistas a (5) atitudes modernistas. Apesar das especificidades sociais, económicas e culturais e das práticas e políticas de género vigentes em cada contexto nacional, todos estes países tendem para o pólo modernista no que respeita aos valores da vida familiar (figura 1.4).

Figura 1.4 – Índice global de atitudes face à família (nove dimensões) em quinze países europeus (a)



(a) Apesar de se tratar de quinze países, preferimos, tentando respeitar critérios de especificidade intranacional, separar, no Reino Unido, a Grã-Bretanha da Irlanda do Norte e, no caso da Alemanha, analisar separadamente a Alemanha Ocidental e a de Leste.

Numa classificação hierárquica do valor do índice global de atitudes, Portugal aparece posicionado no conjunto, aliás alargado, de sociedades cujas médias rondam a do conjunto de quinze países: além do nosso país, este grupo integra contextos nacionais tão diversificados como a

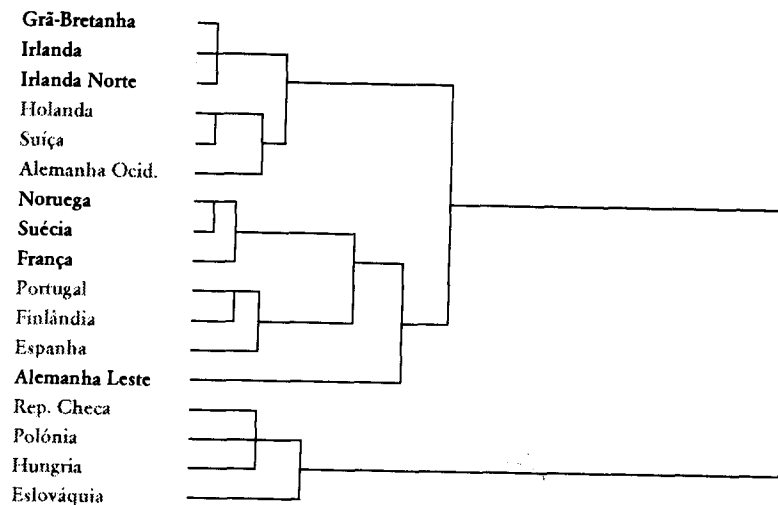
Irlanda do Norte, a Irlanda, a Grã-Bretanha, a Finlândia, a Alemanha Ocidental e a Suíça. Atrás deste conjunto encontram-se então os países pós-soviéticos, cujos valores médios são um pouco mais conservadores, sobretudo nos casos da Hungria e da Eslováquia, claramente posicionadas no lugar mais à esquerda da escala tradicional/moderno. Mais modernistas em termos de valores são, por outro lado, a Suécia e a Noruega, bem como a França e a Espanha.

Nesta primeira abordagem da organização comparativa dos quinze países no mapa europeu apenas conseguimos identificar três tendências: por um lado, a configuração mais conservadora dos países do alargamento da União Europeia; por outro, a maior modernidade simbólica da Escandinávia (excluindo a Finlândia), que se estende também à França e, mais cuñosamente, à Espanha; finalmente, a existência de um grupo relativamente vasto de países na média, onde, muito provavelmente, se expressa um «liberalismo moderado» face à família e às relações de género. Um mapa tão diversificado como este não nos permitiria concluir muito mais sobre as especificidades europeias. Mas, através de uma análise estatística mais detalhada das médias obtidas para homens e para mulheres nos nove índices de atitudes face à vida familiar, conseguimos organizar os diferentes países segundo lógicas um pouco mais esclarecedoras, construindo uma visão mais complexa das várias geografias normativas no mapa europeu. Mais do que uma classificação simplesmente hierarquizante, importa assim caracterizar as diferentes formas de se ser mais modernista ou mais tradicionalista em relação a uns ou a outros aspectos da vida familiar e dos papéis de género, decompondo, tanto quanto possível, a aparente homogeneidade das médias nacionais (figura 1.5; anexo, quadro 1.11).

De acordo com a análise hierárquica de *clusters* realizada, um primeiro agrupamento de países aproxima o Reino Unido (Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) e a Irlanda. O liberalismo moderado que os caracteriza materializa-se sobretudo em posições relativamente pouco conservadoras face à centralidade da criança ou ao impacto do emprego feminino sobre os filhos pequenos. Maior tradicionalismo impõe-se, contudo, no tocante ao papel masculino, à divisão do trabalho pago no casal ou mesmo à centralidade do casamento na vida pessoal, tendência que denota concepções dos papéis de género relativamente estruturadas por uma visão sexualmente diferenciada de competências e deveres. Neste caso, ao contrário do que sucede em Portugal, o afastamento face a um esquema tradicionalista da reprodução familiar que faça o elogio dos labores domésticos femininos ou

**Figura 1.5 – Dendograma das médias de atitudes de homens, mulheres e diferença H-M**

(análise hierárquica de *clusters* segundo o método Ward aos nove índices de atitudes)



centre na criança a principal fonte de realização não se apresenta particularmente solidário de ideais igualitários na divisão do trabalho doméstico e profissional.

Outro *cluster* exemplificativo da heterogeneidade dos países de «liberalismo moderado» aproxima agora a Alemanha Ocidental, a Suíça e a Holanda, países em que políticas maternalistas convivem com a domesticidade ou o emprego a tempo parcial das mulheres com filhos pequenos. Mais uma vez, na visão das relações de género na família, a necessidade de maior participação masculina na esfera doméstica não é sublinhada, apresentando este indicador os valores mais baixos no conjunto dos quinze países. De igual modo, como no agrupamento anterior, a divisão do trabalho pago no casal não constitui um ideal muito forte. No entanto, outros valores são menos conservadores: na visão do papel da mulher valoriza-se mais a independência, criando algum hiato com as práticas, ao mesmo tempo que se é mais modernista face à dissolução do casamento ou à coabitação informal. Marcando ainda a diferença relativamente à Grã-Bretanha, dá-se mais relevo à criança (sobretudo na Alemanha Ocidental) e vê-se como mais negativa a relação entre emprego feminino e maternidade (sobretudo na Suíça).

Portugal, outro país do meio da escala, surge associado à Finlândia, também moderadamente liberal, contrastando um pouco com as vizinhas Suécia e Noruega, e à Espanha, sociedade mais modernista em termos médios. Não obstante as diferenças existentes no plano dos valores, das práticas e das políticas de género, estes três países partilham uma forte orientação para a participação masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, a par de uma visão mais igualitária da divisão do trabalho profissional no casal. Entende-se que ambos os cônjuges devem contribuir para o sustento da família. Do ponto de vista da construção da identidade, a criança é muitíssimo mais central do que o casamento, identificando uma tendência específica de construção simbólica de valores familialistas, cujo recorte não anula o reconhecimento do direito das mulheres à profissão. Ainda que a Espanha, em domínios como o papel social feminino ou o ideal de família com filhos, seja menos conservadora do que Portugal e a Finlândia, partilha com estas sociedades os traços que acabámos de descrever. Na verdade, em Espanha, onde apenas um terço das mulheres entre os 18 e os 65 anos trabalha a tempo inteiro (e 28% são domésticas), encontramos uma concepção do papel feminino bastante mais voltada para a independência da mulher do que na Finlândia e em Portugal, países onde, na prática, as mulheres já adquiriram uma certa autonomia profissional<sup>14</sup>. Em ambos os casos metade das mulheres entre os 18 e os 65 anos tem profissões a tempo inteiro; em Portugal, o país onde as mães de filhos pequenos mais trabalham a tempo inteiro, esta proporção é de 53% quando a mulher tem em casa pelo menos uma criança até aos 5-6 anos de idade. Mas, apesar das práticas, muitos homens e mulheres continuam divididos entre a mulher profissionalmente independente e a mulher como dona de casa e mãe, deixando transparecer, no respeitante à construção social do feminino, quer as ambiguidades entre valores e práticas, quer as que são intrínsecas ao domínio simbólico.

Nos restantes *clusters* de países desenham-se outras combinatórias.

A Suécia, a Noruega e a França apresentam padrões normativos um pouco menos oscilantes na sua modernidade, muito embora esta última seja um pouco diferente dos países escandinavos, partilhando com a Espanha e Portugal a elevada apetência pela participação doméstica do homem e a centralidade concedida à criança. Mais modernista, tal como na Suécia e na Noruega, é, contudo, a visão da relação entre emprego feminino e maternidade.

<sup>14</sup> V. no anexo, quadro 1.12, a caracterização da condição perante o trabalho dos homens e das mulheres inquiridos nos vários países.

No respeitante aos países do antigo bloco de Leste, estes encontram-se agrupados em torno de valores conservadores em quase todas as dimensões analisadas, com a excepção, na República Checa e na Polónia, da ênfase na participação masculina em casa e com os filhos. Apesar de o trabalho feminino a tempo inteiro se situar em todos estes países acima dos 40%.

Por último, a Alemanha de Leste configura-se isolada na partição estatística. Muito modernista no respeitante ao papel social da mulher, à relação entre emprego e maternidade, à divisão do trabalho pago no casal, ao divórcio e à coabitação informal, apresenta valores médios bastante mais tradicionalistas quando os tópicos são a centralidade da criança e do casamento. A concepção de uma vida feliz e realizada prende-se consideravelmente com a junção entre o casal e a criança, ao contrário, por exemplo, de Portugal, onde os filhos têm total primazia na lista de gratificações dos indivíduos, ou mesmo da Grã-Bretanha, onde o viver a dois parece ser mais importante para a felicidade individual do que a dimensão parental.

Face a esta análise, compreende-se, por certo, a complexidade encerrada na «classificação» dos países. Onde é que se é mais modernista ou mais tradicionalista? A resposta a esta questão está muito longe de ser linear ou sequer simples. Na sua globalidade, os homens e as mulheres destes quinze países europeus tendem a ser mais tradicionalistas em dimensões que remetem para a organização da família com filhos (centramento na criança, parentalidade e casamento, emprego e maternidade, centramento no casamento) e para a visão do papel social feminino. São, por outro lado, habitualmente mais modernistas nas posições assumidas face ao divórcio ou ao papel masculino na esfera doméstica. Contudo, como observámos, nem sempre com o mesmo padrão. Uma semelhança aparente na modernidade ou no tradicionalismo dos valores retrata processos sociais diferentes, bem como diversas correlações entre práticas e ideais de género na família.

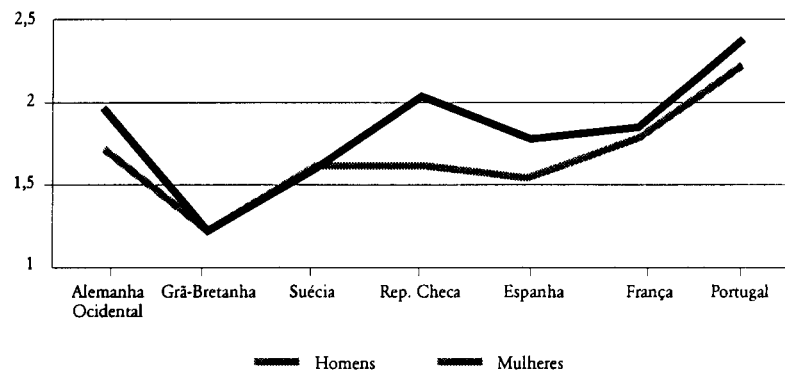
Mais adiante voltaremos a discutir as questões da comparabilidade internacional, bem como o vínculo entre práticas e representações sociais. Fica de momento registado um alerta para a complexidade da comparação internacional, a braços com realidades que só a história e a realidade conjuntural de cada país podem, afinal, explicar, mostrando caminhos particulares de modernização social. Antes vejamos, contudo, agora apenas para sete destes países (Portugal e Espanha, Suécia e França, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, República Checa), quais as principais lógicas e dimensões das clivagens entre homens e mulheres.

### Diferenças nacionais e clivagens de género em sete países europeus

Em primeiro lugar, impõe-se destacar uma observação flagrante que constitui uma tendência modal partilhada por todos os países analisados. Deixando transparecer dinâmicas profundas de mudança social na «ordem de género», as mulheres respondem sistematicamente de forma mais modernista e igualitária do que os homens, criando assim, face a eles, uma certa distância simbólica.

Além disso, fazendo a repetição dos resultados encontrados em Portugal, as mulheres apresentam normalmente maior diversidade intragrupal do que os homens, permitindo reafirmar, agora para os sete países comparados, um outro efeito de género operante no plano dos valores. Sem dúvida nenhuma, no equilíbrio das relações sociais de género existentes em cada contexto nacional são as mulheres que sofrem mais oscilações. Quando comparamos o conjunto feminino entre si, encontramos-lo mais frequentemente fracturado por variações internas do que sucede com os homens. As mulheres apresentam, portanto, um perfil de respostas com maiores polarizações ao longo do eixo tradicionalista/modernista (v. figura 1.6)<sup>15</sup>.

Figura 1.6 – Distância média entre os valores mais modernistas e mais tradicionalistas observados nos nove índices segundo o sexo



<sup>15</sup> É de notar que os resultados da análise de variância para o grupo das mulheres e dos homens revelou sempre maiores diferenciações entre as mulheres (v. quadro 1.4).

Enquanto os homens apresentam uma estrutura de diferenciação que elege como principais elementos a concepção do seu papel na esfera doméstica e o grau de importância atribuído à criança, as mulheres distanciam-se entre si num maior número de itens (v. análises da variância por país segundo o sexo no quadro 1.4). O centramento na criança e no casamento, a informalidade da conjugalidade, a divisão do trabalho pago no casal e o papel masculino na esfera doméstica apresentam variações consideráveis nas respostas dadas pelas mulheres dos países em análise. Destas dimensões, a mais fracturante é a posição assumida face à centralidade da criança, oscilando, por exemplo, entre os valores 1,87 atribuído pelas portuguesas e 2,73 atribuído pelas britânicas.

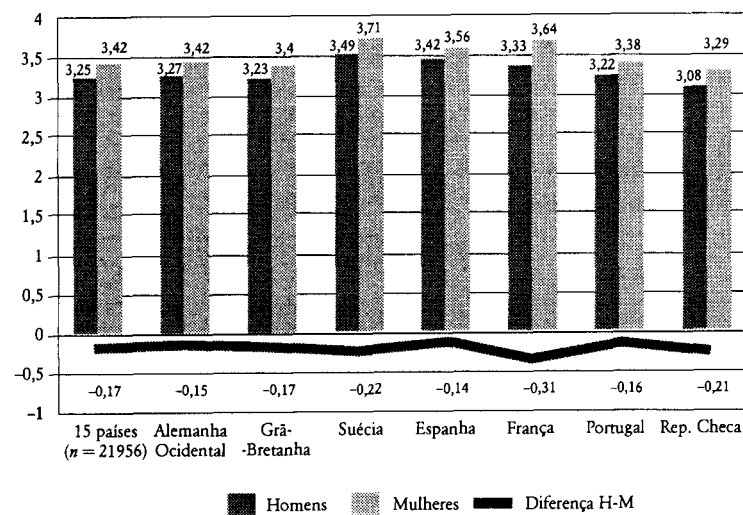
Ora, nos processos de categorização social, princípio cognitivo básico de ordenação e sistematização dos objectos e das pessoas, tende-se, como notou Tajfel (v. Tajfel, 1972, Deschamps, 1991, e Vasconcelos, 2004), a simplificar o mundo social, por um lado, exagerando a semelhança entre os pertencentes ao grupo ou categoria e, por outro, maximizando a diferença entre os grupos ou as categorias. Aplicando este «princípio do metacontraste» às categorias de género (que, como outras categorias sócio-culturais, definem o lugar do indivíduo na sociedade), conseguimos equacionar a tendência para maior homogeneização no masculino e maior heterogeneidade do feminino. São, afinal, a identidade e o lugar social das mulheres os primeiros a ser postos em causa e a ser objecto de reviravoltas e de divisões entre vários ideais de feminilidade.

No domínio das práticas, é ainda a posição social da mulher que maior peso assume na variação entre os países, quer de um ponto de vista das políticas sociais, quer na divisão sexual do trabalho. Oscila-se, afinal, entre as orientações políticas de incentivo ao modelo do *dual breadwinner* em países como a Suécia ou mesmo a Espanha dos últimos anos, as lógicas maternalistas que têm caracterizado a concepção do papel da mulher na Alemanha Ocidental ou o liberalismo político britânico, que acaba por responsabilizar a mulher pelos cuidados aos filhos pequenos; diverge-se ainda nas práticas entre o trabalho a tempo inteiro das mulheres portuguesas, a tempo parcial das suecas ou a elevada proporção de domésticas na Alemanha Ocidental e em Espanha. A masculinidade, enquanto modelo dominante de identidade, tem até certo ponto permanecido mais incólume: a função do homem como ganha-pão só mais timidamente é posta em causa, como mostra a transversalidade do modelo de trabalho masculino a tempo inteiro. Além disso, à medida que muitas mulheres iam assumindo papéis sociais tradicionalmente atribuídos ao homem (no mundo profissional,

por exemplo), este só muito mais lentamente entrava nos espaços femininos. Neste sentido, a maior diversidade interna das mulheres pode retratar as ambivalências com que estas se debatem na definição da sua própria identidade social.

Por outro lado, convém salientar mais um aspecto importante da análise. Embora a variância das atitudes seja mais elevada quando se comparam globalmente os sete países entre si, as diferenças entre homens e mulheres continuam a ter validade explicativa em todos os contextos nacionais (v. resultados da análise de variância na figura 1.7),

Figura 1.7 – Índice global de atitudes face à vida familiar segundo o país e o sexo



Variância por sexo	$F(1, 7430) = 259,8, p < 0,001, \eta^2 = 0,03$
Variância por país	$F(6, 7425) = 91,6, p < 0,001, \eta^2 = 0,07$
Variância do país por sexo	
Homens	$F(6, 3430) = 38,6, p < 0,001, \eta^2 = 0,06$
Mulheres	$F(1, 3990) = 60,0, p < 0,001, \eta^2 = 0,08$
Variância do sexo por país	
Suécia	$F(1, 619) = 36,9, p < 0,001, \eta^2 = 0,06$
França	$F(1, 1372) = 107,5, p < 0,001, \eta^2 = 0,07$
Espanha	$F(1, 1631) = 30,8, p < 0,001, \eta^2 = 0,02$
Alemanha Ocidental	$F(1, 539) = 12,3, p < 0,001, \eta^2 = 0,02$
Grã-Bretanha	$F(1, 1356) = 49,4, p < 0,001, \eta^2 = 0,04$
Portugal	$F(1, 917) = 27,5, p < 0,001, \eta^2 = 0,03$
República Checa	$F(1, 986) = 29,0, p < 0,001, \eta^2 = 0,03$

dando globalmente relevo a um maior liberalismo dos valores no feminino e salientando também o potencial explicativo do género, enquanto princípio de diferenciação social, nos vários contextos nacionais.

Na óptica das clivagens de género, os sete países podem caracterizar-se por maiores (como é o caso da França, por exemplo) ou por menores (como acontece, por exemplo, em Espanha) distâncias entre os homens e as mulheres nos valores da vida familiar, mas as dimensões mais sensíveis a variações segundo o sexo identificam padrões específicos, reafirmando algumas tendências de diferenciação observadas anteriormente. Em traços gerais, verificamos que, nas clivagens de género, estão em causa aspectos diferentes da vida familiar e dos papéis de género: pode focar-se mais o lugar social da mulher, a maternidade e a criança, o modelo de família ou o próprio equilíbrio entre os papéis de género (quadros 1.4 e 1.5).

Na Alemanha Ocidental, os homens e as mulheres têm um padrão de diferenciação que envolve aspectos relacionados com o lugar da mulher: a articulação entre emprego e maternidade, o papel da mulher entre a profissão e o mundo doméstico. As mulheres são claramente mais defensoras de uma independência feminina que, no entanto, não parece interpelar de maneira muito forte nem o lugar do homem na vida familiar nem a sua responsabilidade de ganha-pão. O elevado número de mulheres domésticas, sobretudo quando são mães de crianças pequenas, é suficientemente exemplificativo do carácter diferenciado da organização da vida familiar.

Na Grã-Bretanha é, por outro lado, o modelo de família que mais divide os homens e as mulheres nos ideais da vida familiar. Está em cheque sobretudo o lugar do casamento tanto no bem-estar do indivíduo como na criação de uma família com filhos. Dimensões, portanto, que questionam as modalidades de organização do casal e da família. Sem se verificarem, curiosamente, grandes desacordos face à divisão do trabalho no casal ou ao papel do homem em casa e com os filhos. Como no caso anterior, as clivagens de género tendem a produzir-se, deixando relativamente incólume o papel social do homem.

Na Suécia o padrão de género deixa também ausentes as dimensões mais directamente relacionadas com a divisão sexual do trabalho, parecendo agora divergir-se a propósito de aspectos que focam o lugar da criança na vida familiar. Num quadro pintado por atitudes modernistas, quer no feminino, quer no masculino, as mulheres, assumem, contudo, posições mais modernistas no tocante ao impacto do seu trabalho profissional sobre os filhos em idade pré-escolar e no ideal, para elas

Quadro 1.4 – Índice global de atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, nos sete países

	Total quinze países	Alemanha Ocidental	Grã-Bretanha	Suécia	Rep. Checa	Espanha	França	Portugal
	21 956	936	1984	1080	1346	2471	1903	1092
<b>Homens</b>								
Emprego e maternidade	3,06	2,98	2,96	3,35	3,15	3,05	3,05	2,71
Papel feminino	3,12	3,39	3,15	3,27	2,93	3,27	3,23	2,94
Papel masculino na esfera doméstica	3,62	3,50	3,53	3,69	3,37	4,02	3,89	3,97
Divisão conjugal do trabalho pago	3,63	3,50	3,58	4,08	3,44	3,77	3,74	3,80
Casamento e divórcio	3,93	4,08	3,89	3,89	3,76	3,94	4,10	4,14
Paternidade e casamento	2,77	2,71	2,67	2,91	2,64	3,12	2,62	2,69
Coabitação e informalidade	3,78	3,92	3,68	4,18	3,69	3,72	4,06	3,75
Centramento na criança	2,42	2,38	2,70	2,59	2,14	2,48	2,33	1,92
Centramento no casamento	2,97	2,87	2,90	3,33	2,74	3,31	3,21	2,99
<b>Mulheres</b>								
Emprego e maternidade	3,25	3,30	3,22	3,67	3,25	3,17	3,39	2,73
Papel feminino	3,25	3,69	3,22	3,41	3,03	3,44	3,43	3,20
Papel masculino na esfera doméstica	3,91	3,73	3,69	3,85	4,06	4,25	4,03	4,24
Divisão conjugal do trabalho pago	3,80	3,71	3,69	4,23	3,59	3,92	4,13	3,92
Casamento e divórcio	4,02	4,17	3,95	3,93	3,82	3,98	4,15	4,18
Paternidade e casamento	3,03	2,99	2,85	3,15	2,73	3,19	2,82	2,84
Coabitação e informalidade	3,76	3,85	3,67	4,23	3,67	3,70	4,17	3,71
Centramento na criança	2,40	2,22	2,72	2,63	2,03	2,47	2,34	1,87
Centramento no casamento	3,24	3,12	3,09	3,48	2,76	3,41	3,43	3,15

**A cima da média** Abaixo da média Restantes valores não significativos.  
A comparação das médias foi calculada usando o *one-sample t test*.

Quadro 1.4a - Variância do índice de atitudes face à vida familiar

	Variância por país		Variância por sexo		Variância por país segundo o sexo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Emprego e maternidade	$F(6, 9580) = 72,5, p < 0,001$	$F(1, 9586) = 128,5, p < 0,001$	$F(6, 4510) = 24,8, p < 0,001$	$F(6, 5063) = 54,2, p < 0,001$		
Papel feminino	$F(6, 9763) = 68,9, p < 0,001$	$F(1, 9768) = 104,1, p < 0,001$	$F(6, 4468) = 29,7, p < 0,001$	$F(6, 5288) = 43,1, p < 0,001$		
Papel masculino na esfera doméstica	$F(6, 10363) = 125,1, p < 0,001$	$F(1, 10368) = 258,7, p < 0,001$	$F(6, 4881) = 76,4, p < 0,001$	$F(6, 5475) = 76,2, p < 0,001$		
Divisão conjugal do trabalho pago	$F(6, 10466) = 89,7, p < 0,001$	$F(1, 10471) = 127,2, p < 0,001$	$F(6, 4950) = 36,9, p < 0,001$	$F(6, 5509) = 61,1, p < 0,001$		
Casamento e divórcio	$F(6, 10137) = 43,0, p < 0,001$	$F(1, 10142) = 40,1, p < 0,001$	$F(6, 4774) = 21,1, p < 0,001$	$F(6, 5357) = 22,5, p < 0,001$		
Paternidade e casamento	$F(6, 10190) = 53,4, p < 0,001$	$F(1, 10195) = 200,3, p < 0,001$	$F(6, 4806) = 31,4, p < 0,001$	$F(6, 5378) = 25,6, p < 0,001$		
Coabitação e informalidade	$F(6, 10283) = 108,6, p < 0,001$	n. s.	$F(6, 4861) = 33,9, p < 0,001$	$F(6, 5414) = 79,3, p < 0,001$		
Centramento na criança	$F(6, 9764) = 202,7, p < 0,001$	n. s.	$F(6, 4573) = 67,8, p < 0,001$	$F(6, 5184) = 143,7, p < 0,001$		
Centramento no casamento	$F(6, 10001) = 75,6, p < 0,001$	$F(1, 10006) = 140,0, p < 0,001$	$F(6, 4744) = 28,5, p < 0,001$	$F(6, 5248) = 64,1, p < 0,001$		

Quadro 1.5 - Principais dimensões das clivagens entre homens e mulheres (a)

		Diferença	$\eta^2$
Alemanha Ocidental	Emprego e maternidade	-0,32	0,03
<i>Lugar da mulher</i>	Papel feminino	-0,30	0,03
Grã-Bretanha	Centramento no casamento	-0,35	0,03
<i>Modelo de família</i>	Parentalidade e casamento	-0,32	0,03
França	Centramento no casamento	-0,41	0,03
<i>Modelo de família e lugar da mulher</i>	Parentalidade e casamento	-0,39	0,03
	Divisão conjugal do trabalho pago	-0,39	0,04
	Emprego e maternidade	-0,34	0,03
Suécia	Parentalidade e casamento	-0,46	0,06
<i>Lugar da criança</i>	Emprego e maternidade	-0,32	0,03
Portugal	Papel feminino	-0,26	0,03
<i>Papéis de género</i>	Papel masculino na esfera doméstica	-0,27	0,04
Espanha			
<i>Papel masculino</i>	Papel masculino na esfera doméstica	-0,23	0,03
República Checa			
<i>Papel masculino</i>	Papel masculino na esfera doméstica	-0,69	0,13

(a) Com base nos resultados da análise de variância, optámos por considerar mais significativos das clivagens de género os índices em que se obtiveram  $\eta^2$  iguais ou superiores a 0,03. Assim, no caso português, por exemplo, retêm-se as duas dimensões que registam maior variância por sexo (papel feminino e papel masculino), embora, como observámos anteriormente, se verifiquem resultados significativos também em dimensões como a centralidade do casamento ou a relação entre parentalidade e casamento. No entanto, de um ponto de vista estatístico, as distâncias aqui registadas não são tão expressivas.

não necessariamente biparental, de família com filhos. Produzem-se assim, pelo maior liberalismo feminino, algumas clivagens que, muito provavelmente, tenderão a questionar os modelos de bem-estar infantil.

Nos restantes países são, entretanto, as dimensões ligadas aos papéis de género na divisão do trabalho os principais alicerces das clivagens entre homens e mulheres. Em Espanha, país modernista e pouco diferenciado no plano dos valores, e sobretudo na República Checa, sociedade mais conservadora, a variância por sexo é consideravelmente mais forte no que toca ao papel do homem na esfera doméstica. Quer num, quer noutro caso, as mulheres desejariam, mais do que os homens, que estes participassem no trabalho da casa e nos cuidados com os filhos. Em Portugal são ainda os papéis de género a gerar a maior discórdia. Mas agora num padrão que inclui tanto o papel do homem como o da mulher.

Finalmente, no caso da França, país onde encontramos as maiores clivagens de género, é flagrante o contraste entre o liberalismo forte das mulheres e o maior conservadorismo dos homens. De facto, as mulheres francesas estão mais próximas das suecas do que acontece no



Quadro 1.6 - Análise de componentes principais sobre os nove índices para os homens e as mulheres de cada país

	Portugal			Alemanha Ocidental			Grã-Bretanha			Suécia			Rep. Checa			Espanha			França			
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
<b>Mulheres</b>																						
Emprego e maternidade	,57			,72			,66			,49			,75			,68			,64			
Papel feminino	,61			,71			,73			,81			,73			,58			,62			,47
Papel masculino	,64			,60			,40			,63						,69						,72
Divisão conjugal																						
do trabalho pago	,80			,76			,81			,66			,80			,54			,44			,57
Casamento e divórcio										,46						,75						,63
Paternidade e casamento	,74			,66			,77			,74			,74			,73			,72			
Coabitação e informalidade	,64			,53			,70			,82			,73			,42			,79			
Centramento na criança	,58			,77			,79			,79			,77			,78						,72
Centramento no casamento	,72			,76			,59			,59			,49			,52						
Variância explicada	29,7	15,3	11,4	25,1	17,9	15,5	21,4	20,7	13,3	21,7	21,0	15,1	21,4	19,6	14,2	29,1	22,8	22,6	19,8	16,4		
$\alpha$	0,60	0,53	0,46	0,69	0,58	0,46	0,65	0,57	-	0,62	0,62	-	0,69	0,52	0,51	0,73	0,55	0,70	0,68	0,41		
<b>Homens</b>																						
Emprego e maternidade	,49			,57			,66			,61			,73			,49			,72			
Papel feminino	,89			,66			,67			,75			,60			,66			,76			
Papel masculino	,71									,60						,71						,74
Divisão conjugal																						
na esfera doméstica																						
do trabalho pago	,45			,77			,75			,75			,65			,78			,77			,56
Casamento e divórcio	,70			,54			,67			,57			,42			,34			,52			,47
Paternidade e casamento	,71			,65			,45			,64			,72			,66			,71			
Coabitação e informalidade	,56			,47			,50			,62			,64			,61			,38			,79
Centramento na criança	,66			,62			,69			,75			,65			,74			,59			,80
Centramento no casamento	,75			,45			,58			,52												
Variância explicada	31,4	14,0	11,4	30,0	16,4		22,0	19,0	13,6	23,4	23,2		19,9	17,7	15,4	23,5	22,9	14,6	22,3	22,0	14,7	
$\alpha$	0,60	0,53	0,46	0,69	0,50		0,59	0,36	0,45	0,64	0,64		0,51	0,50	0,37	0,67	0,70	-	0,67	0,70	0,36	

caso dos homens. Além disso, as clivagens de género apresentam um padrão onde pesam as dimensões ligadas ao modelo de família, mais biparental para os homens, e ao lugar da mulher, mais subordinada às competências maternas na visão masculina. Misturam-se assim vários aspectos da vida familiar, demonstrando as divergências entre os homens e as mulheres franceses.

### Padrões de género

A completar a análise dos padrões de diferenciação de género nos valores da vida familiar, a realização de análises de componentes principais aos nove índices de atitudes para os homens e mulheres destes sete países europeus revelou algumas «estruturas de associação» diversificadas tanto por sexo como por país (quadro 1.6).

No caso português, os dois padrões de género encontrados permitem observar que, enquanto as mulheres associam entre si, num mesmo factor, todas as dimensões relativas aos papéis de género na divisão do trabalho e, noutro, as dimensões referentes ao maior ou menor grau de institucionalidade na organização da vida familiar, os homens tendem, pelo contrário, a autonomizar o papel masculino das outras dimensões da divisão do trabalho. No caso masculino, um dos factores (factor 2) associa o papel masculino na esfera doméstica a dimensões indicativas de (des)institucionalização da conjugalidade (atitudes face ao divórcio e à coabitação informal); noutro encontramos então a associação entre o papel feminino e a relação entre emprego e maternidade. Em suma, parece haver por parte dos homens uma maior «individualização» na forma como concebem a sua participação na esfera doméstica. As mulheres tenderão, muito mais provavelmente, a pensar o seu próprio papel em função do homem e do próprio casal.

Esta diferenciação de estruturas factoriais encontrada em Portugal está próxima das observadas na Alemanha Ocidental e na Grã-Bretanha, pesem embora as diferenças inerentes à maneira como as mulheres destes três países se posicionam face aos ideais de divisão do trabalho. Gerando ambivalências diversas das portuguesas, as mulheres não confrontam tão vigorosamente o modelo de ganha-pão masculino. Por um lado, aderem a uma norma ideal de independência feminina; por outro, não interpellam directamente uma divisão desigual do trabalho pago. A quebra da «dependência face ao marido», um dos processos que Singly (1993) considera central na modernização da família, não é liminamente recusada, mostrando uma das faces da menor individualização feminina.

Em contraste com estas «individualizações diferenciadas», a Suécia surge, neste conjunto de sete países, como o único em que homens e mulheres apresentam estruturas factoriais semelhantes, com uma associação, para ambos, dos papéis masculino e feminino.

O maior contraste com o perfil sueco encontra-se na República Checa. Aqui homens e mulheres também partilham uma estrutura mais ou menos semelhante de associações entre as nove dimensões analisadas, mas numa lógica mais conservadora. O papel masculino surge autonomizado do papel feminino tanto no caso das mulheres como no dos homens, havendo, no entanto, uma associação entre o primeiro e dimensões ligadas aos filhos (centralidade da criança, relação entre parentalidade e casamento). O papel social da mulher surge, para ambos, associado à divisão do trabalho pago no casal.

Em Espanha, país globalmente modernista no plano das atitudes, encontramos, entre as mulheres, a própria autonomização do papel feminino, que se liga à centralidade da criança, sendo agora os homens que interligam no mesmo factor o papel feminino, o papel masculino na esfera doméstica e a divisão do trabalho pago no casal. Para as mulheres espanholas, o papel feminino parece ligar-se mais à questão da maternidade do que ao papel masculino propriamente dito. Estará talvez em causa a escolha entre a entrada no mundo profissional, em conformidade com os ideais acalentados, ou a manutenção do padrão de domesticidade feminina.

No caso da França, encontramos ainda outro padrão de diferenciação de género. Quando se trata das mulheres, o papel feminino surge, tal como em Espanha, vinculado à centralidade da criança. O papel masculino liga-se antes à divisão do trabalho pago no casal, dimensão na qual os franceses e as francesas tendiam a discordar, como observámos anteriormente. Os homens serão, provavelmente, mais «maternalistas». Para eles prevalece, por conseguinte, uma estrutura de resposta que autonomiza o papel masculino na esfera doméstica de outras dimensões relativas à divisão do trabalho ou mesmo à questão da criança e da parentalidade. Descobrem-se, portanto, padrões de associações que são, em certa medida, reveladores de diferenças de género na concepção da individualidade. Ambos tendem a pensar o seu próprio papel, marcando alguma autonomia face ao outro, mas, enquanto os homens parecem seguir uma lógica «individualizada» (independente da mulher, independente do casal) para conceberem o papel doméstico masculino, as mulheres pensam o seu «lugar social», estabelecendo uma correlação forte com a criança e a maternidade.

Em resumo, a análise das estruturas de resposta masculinas e femininas permite retratar diferenciações nos padrões de associação entre as várias dimensões da vida familiar operacionalizadas através dos nove índices de atitudes. Em traços gerais, tende a verificar-se maior tendência para a individualização do papel masculino no caso dos homens, reiterando, aliás, premissas centrais da construção social da masculinidade e do homem como ser autónomo (v. Connell, 1995). A concepção do feminino depende, geralmente, mais da relação com os outros: com o homem, dentro do casal, com as crianças.

### Práticas e normas: níveis de diferenciação de género

Importa realizar uma comparação mais sistemática entre a diferenciação de género nas atitudes face à vida familiar e aquela que é presente nas práticas. Pretende-se, deste modo, demonstrar a complexidade das correlações entre comportamentos e atitudes, muitas vezes traduzíveis em visíveis discrepâncias entre os dois níveis da realidade social.

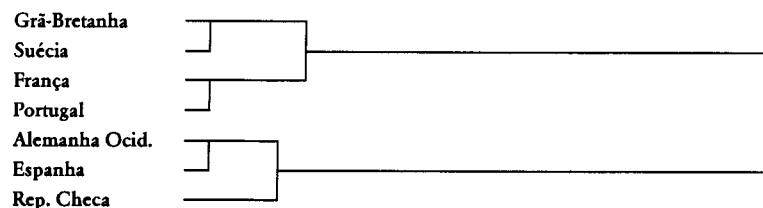
No quadro 1.7 podem observar-se as diferenças médias entre homens e mulheres no respeitante a uma série de coordenadas de localização social: o número de anos de escolaridade, a condição perante o trabalho, o número de horas de trabalho profissional da população empregada, a intensidade da prática religiosa, a posição política, a percentagem de agregados domésticos monoparentais e a percentagem de pessoas a viver sós. Deste conjunto, a variável mais relevante da diferenciação de género numa perspectiva comparativa é, como seria de esperar, a condição perante o trabalho. Outras coordenadas têm efeitos sociais mais localizados, como é o caso da prática religiosa em Portugal e em Espanha, onde é visivelmente mais feminizada. Noutros casos não existe muita diferenciação: a escolaridade (variável relevante para diferenciar os países entre si, mostrando, nomeadamente, o atraso português nesta matéria) ou a posição política têm *grosso modo* valores médios próximos para os homens e para as mulheres de cada país.

Mas o mais importante é destacar a variedade de vínculos entre práticas de género e valores de género. Com efeito, a ordenação empírica dos sete países a nível das práticas e das atitudes mostra padrões consideravelmente diversos, reiterando a não linearidade do processo de modernização da vida familiar e das relações de género (figuras 1.7 e 1.8, quadro 1.8). Entre o regime de género ideal e o que vigora nas práticas existe uma certa distância. Mais ainda, as correspondências entre ambos variam significativamente no contexto europeu.

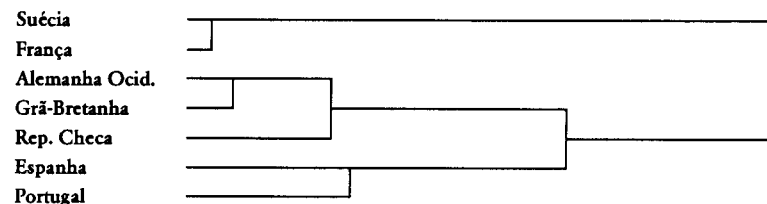
**Quadro 1.7 – Caracterização social da população inquirida nos sete países segundo o sexo e o país (médias)**

Toda a população	Total sete países (n=9706)	Alemanha Ocidental (n=877)	Grã-Bretanha (n=1978)	Suécia (n=998)	Rep. Checa (n=1170)	Espanha (n=1940)	França (n=1753)	Portugal (n=1049)
<b>Anos de escolaridade</b>								
Homens	11,58	11,23	11,97	11,81	12,49	11,52	12,76	8,16
Mulheres	11,37	10,74	11,98	12,35	11,62	11,19	13,22	6,73
Total	11,47	10,97	11,97	12,10	12,03	11,35	12,99	7,42
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,01**	0,01*	n. s.	0,01*	0,04**	n. s.	0,01**	0,03**
<b>Situação profissional (idade 18-65) (1 tempo inteiro – 4 sem trabalho)</b>								
Homens	1,77	1,83	1,70	1,61	1,79	1,82	1,85	1,77
Mulheres	2,40	2,64	2,27	2,05	2,38	2,71	2,29	2,41
Total	2,11	2,24	2,02	1,85	2,09	2,27	2,09	2,10
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,05**	0,08**	0,05**	0,03**	0,04**	0,10**	0,03**	0,05**
<b>Horas de trabalho pago semanal (idade 18-65, pop. empregada)</b>								
Homens	43,68	45,67	45,36	40,83	46,09	42,99	41,98	44,85
Mulheres	35,56	35,11	33,71	36,28	42,31	35,47	34,58	38,30
Total	39,90	41,16	39,41	38,54	44,59	39,98	38,13	41,96
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,12**	0,20**	0,17**	0,07**	0,03*	0,10**	0,14**	0,06*
<b>Frequência de prática religiosa (1 algumas vezes por semana – 8 nunca)</b>								
Homens	5,79	6,05	6,06	5,28	7,00	5,92	4,85	5,38
Mulheres	5,27	5,53	5,67	5,10	6,59	4,86	4,88	4,24
Total	5,51	5,78	5,84	5,18	6,78	5,34	4,87	4,75
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,02**	0,02**	0,01*	n. s.	0,01**	0,06**	n. s.	0,06**
<b>Posição política (1 esquerda – 10 direita)</b>								
Homens	4,51	3,66	3,64	4,06	6,40	4,07	5,23	5,02
Mulheres	4,75	3,96	3,65	4,30	6,77	4,82	5,05	5,05
Total	4,63	3,82	3,65	4,19	6,60	4,46	5,15	5,04
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,01**	0,01*	n. s.	n. s.	0,01**	0,02**	n. s.	n. s.
<b>Composição do agreg. doméstico</b>								
<b>Pessoas sós (%)</b>								
Homens	14,7	20,0	15,1	17,3	21,6	10,9	12,0	11,5
Mulheres	15,1	19,6	15,8	16,5	20,4	11,3	10,2	19,1
Total	14,9	19,8	15,5	16,9	21,0	11,1	11,1	15,5
<b>1 adulto + 1 ou mais crianças (%)</b>								
Homens	0,8	0,2	0,8	2,8	0,6	-	1,4	0,4
Mulheres	3,7	2,7	5,1	5,2	3,8	1,8	4,8	2,8
Total	2,3	1,5	3,2	4,1	2,3	0,9	3,2	1,6
<b>Coefficiente de contingência (*<math>p &lt; 0,05</math>; **<math>p &lt; 0,001</math>)</b>								
	0,10**	0,10**	0,12**	0,06*	0,11**	0,09**	0,10*	0,14**
<b>População com idade &lt; 40 anos (n=3731) (n=369) (n=764) (n=403) (n=483) (n=1061) (n=730) (n=458)</b>								
<b>Anos de escolaridade</b>								
Homens	12,84	11,86	12,88	12,84	12,59	13,63	14,07	10,74
Mulheres	13,00	11,59	12,94	13,72	12,43	13,43	14,42	10,32
Total	12,93	11,71	12,91	13,33	12,51	13,53	14,29	10,54
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,02*	n. s.	n. s.	0,02*	n. s.	n. s.	0,01**	n. s.
<b>Situação profissional (1 tempo inteiro – 4 sem trabalho)</b>								
Homens	1,70	1,98	1,60	1,79	1,72	1,81	1,38	1,68
Mulheres	1,29	2,50	2,13	2,30	2,36	2,46	2,16	2,23
Total	2,02	2,25	1,89	2,08	2,04	2,13	1,88	1,95
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,05*	0,03*	0,05*	0,04*	0,05*	0,06*	0,09*	0,04*
<b>Situação profissional – pelo menos 1 criança &lt; 5/6 a viver casa (1 tempo inteiro – 4 sem trabalho)</b>								
Homens	1,32	1,50	1,53	1,31	1,26	1,18	1,19	1,36
Mulheres	2,61	3,05	2,53	2,61	3,33	2,82	2,23	2,16
Total	2,12	2,45	2,17	2,01	2,43	2,20	1,92	1,80
$\eta^2$ (* $p < 0,05$ ; ** $p < 0,001$ )	0,22*	0,30*	0,12*	0,26*	0,48*	0,33*	0,16*	0,10*

**Figura 1.8 – Dendrograma das diferenças de género nos padrões de emprego de homens e mulheres com idades entre os 18-65 anos e <40 anos com crianças de 5/6 anos (análise hierárquica de clusters segundo o método Ward)**



**Figura 1.9 – Dendrograma das diferenças de género nos nove índices de atitudes (análise hierárquica de clusters segundo o método Ward)**



**Quadro 1.8 – Perfil dos países segundo o cruzamento entre atitudes e práticas de emprego feminino**

	Índice global de atitudes das mulheres	Padrão feminino de emprego
Suécia	3,71	Tempo parcial elevado
França	3,64	Tempo inteiro
Espanha	3,56	Elevada % de mulheres sem emprego
Alemanha Ocidental	3,42	Elevada % de mulheres sem emprego
Grã-Bretanha	3,40	Tempo parcial elevado
Portugal	3,38	Tempo inteiro elevado
República Checa	3,29	Tempo inteiro/sem emprego quando há crianças em idade pré-escolar

Sobre a posição de Portugal, são merecidas algumas considerações breves. Menos modernistas, em termos ideais, do que as espanholas ou as suecas, são agora as mulheres portuguesas (aliás seguidas de perto pelas francesas) com pelo menos uma criança em idade pré-escolar as que mais trabalham a tempo inteiro. Seja qual for o significado atribuído à prática, esta não deixa de ser uma medida relevante das clivagens

de género. Afinal, muitas vezes posições mais modernistas do que as encontradas entre as portuguesas têm como pano de fundo desigualdades evidentes na divisão do trabalho (neste caso, o trabalho pago). Em Espanha, apesar da ideologia igualitária, continua a ser frequente o modelo de domesticidade feminina, enquanto na Suécia é o trabalho a tempo parcial que assume elevada expressão.

Como interpretar então a aparente descolagem entre valores e práticas de género?

Em primeiro lugar, convém não esquecer as ambivalências dos próprios ideais de igualdade na vida familiar. Num país como Portugal, com elevadas taxas de trabalho feminino a tempo inteiro, lacunas nos apoios públicos prestados às famílias com filhos pequenos, baixos salários e estruturas familiares e sócio-económicas que propiciam a co-residência prolongada de pais e filhos, não parece muito estranho acentuar o impacto negativo do trabalho feminino sobre as crianças em idade pré-escolar e concentrar a vida na descendência, colocando o ónus nas tarefas de reprodução social. De idêntico modo, na Grã-Bretanha, por exemplo, os valores menos igualitários, mas também menos centrados na criança e na maternidade, podem, provavelmente, reflectir o trabalho a tempo parcial das mulheres ou a maior independência residencial dos jovens face às famílias de origem.

Além disso, como pano de fundo encontramos os processos históricos de cada país. Neste sentido, em Portugal, a modernização relâmpago das últimas três décadas (v. Machado e Costa, 1998) não pode ser esquecida quando se pretende explicar a combinatória entre uma visão modernista do direito da mulher ao trabalho pago e valores familialistas centrados na maternidade e na criança. Uma interpretação plausível desta concepção de «igualdade» encontramos-na na fraca individualização feminina, se dela fizermos uma leitura a partir da proposta de Inglehart para a mudança dos valores. Como se sabe, o autor observa a posição das sociedades nos quadrantes formados pela intersecção entre dois eixos: a secularização e a individualização. Se, em Portugal, a individualização tem ainda uma expressão relativamente débil em comparação com outros países ocidentais, pode encarar-se a divisão do trabalho pago mais como uma repartição da função tradicional do ganha-pão, visando a reprodução da família, do que como uma actividade de realização pessoal ou de autonomia.

Noutros contextos sociais, obviamente, outros serão os processos a exigir interpretação sociológica. O nosso país vizinho pode fornecer um exemplo geograficamente próximo. Como explicar, afinal, o mar-

cante hiato entre práticas e representações que parece caracterizar a sociedade espanhola? Dois factores importantes, cujo impacto deve ser considerado, residem no rápido movimento de escolarização da população, hoje consideravelmente elevada, e ainda na difusão social de ideologias promotoras da profissionalização feminina, apesar de, ao contrário de Portugal, se verificar elevada proporção de mulheres fora do mercado de trabalho. Também ao contrário de Portugal, serão provavelmente os valores, na escala modernista, a ir um passo à frente das práticas de divisão do trabalho.

## Género e determinantes sociais das atitudes face à família

Um comentário final é reservado às determinantes sociais das atitudes face à família e aos papéis de género. Análises de regressão linear efectuadas para os homens e mulheres de cada um dos sete países mostram que, de um conjunto de variáveis biográficas e de vida familiar, de vida profissional e *stress* família/trabalho, de escolaridade e de localização ideológica, nem sempre têm impacto as mesmas coordenadas.

No conjunto dos sete países (quadro 1.9), observamos que, para a totalidade dos homens e das mulheres, a maioria das variáveis incluídas no modelo testado tem algum poder preditivo, incluindo o próprio sexo. Na realidade, o sexo é a segunda variável com maior validade explicativa sobre os valores, apenas superada pela idade dos inquiridos. Seguem-se, por ordem descendente de capacidade preditiva, as horas de trabalho profissional da mulher, a escolaridade, a situação profissional da mulher e a frequência da prática religiosa. Só depois surge a situação profissional do homem, comparativamente menos importante. Conclui-se, portanto, que as atitudes e os valores não são facilmente explicáveis por um ou dois factores, antes implicando uma multiplicidade de correlações, mesmo quando, como agora, situamos a análise a nível das biografias individuais. Para a globalidade dos países europeus, destaca-se, no entanto, o peso das coordenadas etárias, das variáveis de situação profissional, da escolaridade, confirmando-se, como propunha a nossa hipótese inicial, a importância do sexo enquanto elemento com impacto explicativo sobre o campo dos valores.

Relativamente ao factor género, as análises realizadas separadamente para homens e para mulheres revelam duas diferenças princi-

pais. Por um lado, as variáveis de situação profissional têm mais impacto no feminino: o maior preditor dos valores no caso das mulheres é o número de horas de trabalho profissional. Quanto mais horas dedicadas à profissão, mais modernistas são os valores, e vice-versa. Por outro lado, uma segunda dissemelhança é imposta por factores de *stress* família/trabalho. São duas as faces da moeda: enquanto para eles é mais difícil cumprir as responsabilidades familiares, para elas é mais penosa a concentração no trabalho profissional.

**Quadro 1.9 – Determinantes das atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, no conjunto dos sete países**  
(variável dependente: índice global de atitudes) (regressões lineares)<sup>(a)</sup>

Variáveis independentes	Total	Homens	Mulheres
<b>Biografia e vida familiar</b>			
Sexo	0,18***	n. s.	n. s.
Idade	-0,21***	-0,21***	-0,19***
Situação conjugal (casado/não casado)	0,11***	0,12***	0,11***
Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	-0,03**		
Número total de pessoas no grupo doméstico			
<b>Vida profissional</b>			
Situação profissional do homem	-0,12***	-0,08*	n. s.
Situação profissional da mulher	-0,14***	n. s.	-0,12***
Horas de trabalho profissional do homem	0,09***	0,11***	n. s.
Horas de trabalho profissional da mulher	0,17***		0,20***
Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,09***		0,14***
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,06*	0,12***	
<b>Variáveis sociais</b>			
Anos de escolaridade	0,16***	0,15***	0,17***
Frequência da prática religiosa	0,14***	0,15***	0,14***
Posição política	-0,07***	-0,09***	-0,05***
R <sup>2</sup> ajustado	0,25	0,21	0,24

(a) Neste quadro, assim como em todos os outros com resultados de regressões, são apresentados os coeficientes estandardizados (betas).

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$ .

Apreciando as especificidades nacionais numa óptica de género (quadro 1.10), verificamos, no entanto, algumas tendências interessantes.

Num olhar global, vale a pena começar por notar que a única variável com efeito simultâneo sobre as atitudes de homens e de mulheres em todos os sete países é a frequência da prática religiosa, assim se demonstrando o peso da religiosidade na estruturação das representações sociais sobre a família e os papéis de género. Por conseguinte, uma conclusão importante reside no facto de, independentemente da tradição religiosa dos países (católica no Sul da Europa, protestante no Norte), a prática activa da religião ter um efeito transversal, em todo o lado exercendo influência sobre o campo dos valores na família.

Relativamente a Portugal, o impacto da religião na vida privada aparece bem documentado em algumas pesquisas, mostrando a correlação entre prática religiosa regular e atitudes mais conservadoras perante a vida sexual e familiar (Cabral, 2001, pp. 56 e segs.). Atitudes, em suma, em maior conformidade com a matriz normativa do catolicismo, que, se nem sempre é seguida à letra pelos católicos, mesmo que praticantes, estabelece quadros de referência globalmente mais tradicionalistas em matéria de moral sexual e conjugal<sup>16</sup>. Fenómeno semelhante parece estender-se aos diversos países pesquisados; de um ponto de vista macrosocial, coloca a tónica na relação entre movimentos de secularização e relações de género; do ponto de vista meso e microssocial, enuncia um princípio de diferenciação social importante, sobretudo quando nos situamos no campo dos valores.

As restantes coordenadas explicativas apresentam menor transversalidade no contexto europeu, embora na sua maioria os modelos explicativos assentem na coligação entre variáveis estruturais (como a escolaridade ou a idade), variáveis da vida familiar (como a situação conjugal, o número de filhos pequenos ou a dimensão do grupo doméstico) e da vida profissional (como a condição perante o trabalho, as horas de trabalho ou o *stress* sentido), associando ainda indicadores de posicionamento ideológico (como a prática religiosa ou a posição política). De uma forma geral, indivíduos mais novos e mais escolarizados, não casados e sem filhos pequenos, com actividade profissional e com pouca dificuldade em articular a família com o trabalho, sem prática religiosa e com posições políticas mais à esquerda tendem a ser mais modernistas nos valores da vida familiar.

Do ponto de vista das diferenças entre homens e mulheres, convém salientar pelo menos dois aspectos. Por um lado, o maior impacto da variável «idade» para discriminar as atitudes masculinas, a par do peso acrescido da escolaridade para explicar a diferenciação interna no grupo feminino. Entre os homens reafirma-se a importância da dinâmica geracional, afinal indiciadora de mudanças situadas no tempo social.

<sup>16</sup> O peso da religiosidade numa dada sociedade é, aliás, um dos factores centrais, de acordo com Inglehart (1977, 1997), para que se possa perceber o seu lugar no eixo da secularização. Mas, a este propósito, já Durkheim apontava, nas *Formas elementares da vida religiosa* (1989[1912]), a importância da religião para a reprodução de uma ordem moral, na medida em que possibilita a produção de uma representação colectiva de sacralização da vida e da sociedade. Neste sentido, os limites impostos pela moral religiosa (católica, protestante...) no que respeita ao casamento e à vida familiar, se activamente implantados num dado contexto social, estreitarão as margens para trilhar percursos alternativos ao ideal normativo veiculado.

**Quadro 1.10 – Determinantes das atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, em cada um dos sete países**  
(variável dependente: índice global de atitudes) (regressões lineares)

	Mulheres		Homens	
Alemanha Ocidental	Anos de escolaridade	0,28***	Frequência da prática religiosa	0,25***
	Frequência da prática religiosa	0,27***	Anos de escolaridade	0,25***
	Situação profissional da mulher	0,19**	Situação profissional do homem	0,24***
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,15*	Situação conjugal	0,23***
	$R^2$ ajustado	0,32		0,29
Grã-Bretanha	Horas de trabalho profissional da mulher	0,38***	Idade	-0,34***
	Idade	-0,27***	Frequência da prática religiosa	0,22***
	Frequência da prática religiosa	0,19***	Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	-0,11**
	Número total de pessoas no grupo doméstico	-0,14***		
	$R^2$ ajustado	0,18		0,18
Suécia	Frequência da prática religiosa	0,31***	Idade	-0,22**
	Anos de escolaridade	0,25***	Frequência da prática religiosa	0,16**
	Situação conjugal	0,23***	Situação conjugal	0,14*
	$R^2$ ajustado	0,22		0,12
República Checa	Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,33**	Idade	-0,31***
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	-0,24*	Frequência da prática religiosa	0,21***
	Frequência da prática religiosa	0,21***		
	Idade	-0,18***		
	Posição política	0,10*		
	$R^2$ ajustado	0,16		0,16
Espanha	Idade	-0,27***	Anos de escolaridade	0,23***
	Frequência da prática religiosa	0,19***	Idade	-0,21***
	Anos de escolaridade	0,17***	Frequência da prática religiosa	0,18***
	Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,14***	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,12*
	Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	-0,08*	Situação conjugal	0,09*
	Posição política	-0,07*		
	$R^2$ ajustado	0,31		0,30
França	Frequência da prática religiosa	0,320***	Frequência da prática religiosa	0,33***
	Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,21***	Posição política	-0,19***
	Situação conjugal	0,18***	Idade	-0,17**
	Posição política	-0,16***	Situação profissional do homem	0,15**
	Anos de escolaridade	0,10*	Situação conjugal	0,14***
	$R^2$ ajustado	0,32		0,38
	Portugal	Anos de escolaridade	0,41***	Anos de escolaridade
Número total de pessoas no grupo doméstico		-0,22***	Frequência da prática religiosa	0,24***
Idade		-0,18**	Idade	-0,18**
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares		0,14**	Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	-0,13*
Frequência da prática religiosa		0,10*	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,11*
$R^2$ ajustado		0,36		0,30

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$ .

Como se argumentou na introdução deste capítulo, o lugar social dos homens, bem como os códigos da masculinidade, têm sido também objecto de transformações sociais. A visibilidade dessas mudanças será talvez maior nos indivíduos mais jovens, assim aumentando a distância entre gerações mais novas e mais velhas. No caso das mulheres, o impacto da escolaridade salienta a força dos capitais adquiridos na estruturação da autonomia, na incorporação de um ideal de «mulher-indivíduo». Lembrando as teorias dos recursos, que a eles subordinavam a capacidade de exercer poder na família (v., por exemplo, Blood e Wolfe, 1960, e Singly, 1990), o efeito da desigualdade escolar nas mulheres mostra que a adesão aos ideais de igualdade e de emancipação depende dos capitais disponíveis. A afirmação do lugar social do indivíduo a partir dos códigos da masculinidade, afinal a representação dominante da identidade, tende a enfrentar menos obstáculos, menos constrangimentos normativos. Assim se explica, muito provavelmente, o menor impacto das desigualdades escolares sobre os valores da vida familiar no caso dos homens.

Por outro lado, é de sublinhar que entre as mulheres são mais frequentes os preditores relacionados com a vida profissional e as condições de trabalho. Neste âmbito têm considerável impacto os indicadores de *stress* família-trabalho (a dificuldade sentida em se concentrar no trabalho ou em gerir as responsabilidades familiares), sugerindo a leitura do impacto da condição profissional à luz da situação familiar dos indivíduos inquiridos. Acrescente-se, aliás, que a Espanha e Portugal são os únicos países onde estas variáveis parecem impor variações ao padrão de resposta dos homens; em ambos os casos, estes parecem ser afectados pela dificuldade em assumir as responsabilidades familiares, associação eventualmente relacionada com a maior ênfase dada, nestes dois países, à participação masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos.

Relativamente à comparação entre países, o potencial explicativo das variáveis analisadas apresenta igualmente algumas variações. Em Portugal, mais do que em qualquer outro dos países, a escolaridade assume um impacto muito considerável, sobretudo para as mulheres, mas também para os homens. Evidenciam-se, portanto, as desigualdades fortes que ainda subsistem, apesar do movimento de escolarização dos últimos anos. De facto, a seguir à escolaridade, a segunda variável com maior poder preditivo apresenta valores bastante mais baixos: trata-se, para as mulheres, do número de pessoas no grupo doméstico e, para os homens, da prática religiosa. Para elas, os constrangimentos da vida

familiar parecem ser mais determinantes das atitudes do que as ancoreiras em sistemas de crença religiosa.

Noutros contextos nacionais, a arquitectura das causalidades pode evidenciar e dar primazia a outros factores. Um bom exemplo encontra-se no caso francês. Aí a dimensão ideológica, medida pelas posições dos indivíduos em termos de política e de prática religiosa, parece ter mais poder preditivo do que coordenadas sociais como o nível de escolaridade ou a idade. Numa sociedade onde o movimento feminista teve expressão e impacto social, posicionar-se à esquerda no leque político-partidário tende a fomentar valores mais modernistas na vida familiar. Outro exemplo ilustrativo é o da Grã-Bretanha, país onde o modelo de regressão tem pouca capacidade explicativa, deixando ainda mais em aberto a questão da determinante social dos valores. Entre as que revelaram ter algum impacto não encontramos, todavia, a escolaridade, em claro contraste com o perfil português. Apenas a idade, a prática religiosa e variáveis de situação familiar e, no caso das mulheres, de situação profissional são estatisticamente significativas.

## Conclusões

Relembrando as perguntas iniciais, em que se indagava sobre a persistência de valores de género na vida familiar e sobre as clivagens e continuidades existentes entre homens e mulheres, vale a pena destacar os principais resultados do inquérito «Família e papéis de género», primeiro recapitulando a diversidade encontrada no contexto europeu e a especificidade do caso português, depois os padrões de diferenciação de género e, finalmente, a complexa articulação entre valores e práticas de género.

A primeira, e talvez uma das principais conclusões da análise que fizemos com base em vários indicadores atitudinais, prende-se, do ponto de vista dos valores, com a diversidade e a complexidade das «modernidades europeias». Dificilmente se pode reduzir a comparação das atitudes face à vida familiar e aos papéis de género a uma mera lógica de ordenação entre pólos de uma escala de «muito tradicional a muito moderno». Mais do que uma lógica hierarquizante, cuja tendência seja a de reproduzir a diferenciação entre as «várias Europas» (com a costumeira distinção entre a do Norte e a do Sul), ressaltaram as múltiplas combinações entre aspectos mais modernistas e mais tradicionalistas. Na maioria dos quinze países pesquisados encontraram-se, afinal, formas

múltiplas de justaposição entre os traços típicos da modernização da família e alguns caracteres mais tradicionalistas, portanto mais conformes a uma visão institucionalista da vida privada. De uma forma geral, os europeus são bastante modernistas nas atitudes relativas ao divórcio ou à coabitação conjugal, mas mais tradicionalistas na afirmação da centralidade da criança, da centralidade do casamento e de um ideal de família biparental. Em suma, tende-se a informalizar e a desinstitucionalizar a conjugalidade, mas sem se perderem certos traços de familialismo na concepção da família com filhos e até da própria identidade pessoal. No entanto, nem sempre isto acontece da mesma maneira em todos os países: esta é também uma conclusão importante que emerge da análise efectuada.

Começando pelo caso português, ganha contornos claros a combinação entre valores maternalistas e familialistas, defendidos por um lado, e ideais de igualdade e de privatização da vida familiar, legitimados por outro. Os portugueses revelam-se pouco institucionalistas em relação ao casamento e à divisão sexual do trabalho, onde se reconhece tanto o direito das mulheres à profissão como a necessidade de aumentar a participação masculina na esfera doméstica. No entanto, recuam para posições mais tradicionalistas sempre que o ónus é colocado sobre a criança e o seu bem-estar, distanciando-se mesmo dos valores médios do conjunto europeu. Mulheres e homens estreitam distâncias neste tópico, ambos sublinhando a centralidade dos filhos. São eles que alegam e preenchem a vida, diz a maioria dos portugueses. Se o casamento tende a ser visto como elemento mais dispensável para a concretização da felicidade individual, sobretudo no discurso feminino, a criança concentra o ideal de bem-estar e de realização. A descendência assume, por conseguinte, uma função absolutamente central na vida e na identidade da maioria dos indivíduos, revelando a primazia simbólica das tarefas de reprodução familiar. No caso português, a orientação para a parentalidade «institucionaliza» não só o ideal de mulher-mãe, consolidando valores maternalistas, mas acaba por questionar igualmente a norma de homem-pai, complexificando um pouco as visões do género na família. De um lado, abandona-se um ideal de homem apenas como provedor do lar e exige-se, em contrapartida, a participação masculina em casa e com os filhos; mas, do outro, emergem os resistentes ideais maternalistas a servirem de suporte, em certa medida, para a manutenção de concepções de género tradicionais. Apesar da legitimidade da profissionalização feminina e de um ideal de homem envolvido no espaço doméstico, não se fractu-

rou por completo a associação da mulher ao mundo da reprodução e do homem ao da produção, alimentando um traço fundamental do esquema tradicional das relações de género (v., por exemplo, Nock, 1998).

Consequentemente, uma das principais peças da estruturação da família como regime de género em Portugal funda-se nestes valores maternalistas e familialistas. Aqui, mais do que noutros contextos europeus, a oscilação entre o ideal de mulher-mãe, que se mantém forte e desafiador da igualdade de género, e o de mulher profissionalizada e independente constitui uma fonte substancial de ambivalência normativa. Apesar de tanto mulheres como homens valorizarem a participação masculina na esfera doméstica, o papel insubstituível da mãe continua a ser sublinhado. Evidentemente, convém não esquecer as diferenças de género relativas a este tópico. Para eles é, no entanto, mais pacífica a imagem da mulher-mãe, enquanto elas se vão debatendo entre os dois ideais femininos. Por um lado, dão primazia ao bem-estar da criança; por outro, valorizam a independência profissional, gerando uma ambiguidade importante na construção social do feminino.

Em Portugal são vãos os factores históricos e sociais que emprestam contributo para explicar os porquês deste perfil de atitudes e desta ordem de género na família.

Em primeiro lugar, é impossível excluir da análise as características sociográficas da população (v. Machado e Costa, 1998). A escolaridade baixa e as fracas qualificações sócio-profissionais, persistentes na actualidade apesar das mudanças verificadas em anos recentes, contribuirão certamente para a resistência de aspectos mais institucionalistas nos ideais de vida familiar. Vãos estudos têm, aliás, comprovado a relação entre capitais académicos e adesão a valores modernistas (por exemplo, Vasconcelos, 1998, Almeida, 2003, Aboim, 2005, e capítulo de K. Wall neste livro). Deste modo, é plausível supor que as médias nacionais dos vãos países são afectadas pelo perfil escolar e sócio-profissional de cada população, pelo menos a nível do maior ou menor familialismo dos valores.

Além das qualificações reduzidas, os baixos níveis salariais dos portugueses (v., por exemplo, Torres *et al.*, 2004), podem igualmente estar na base da arquitectura familialista dos valores. A dependência material de muitas mulheres, mas também de muitos homens, cria pouco espaço para a individualidade, conotando o trabalho remunerado com a sobrevivência de uma família centrada na geração futura. No entanto, existe uma outra face deste fenómeno. A necessidade do trabalho

feminino para assegurar, através do duplo salário, o sustento da família tem igualmente servido para fabricar a representação da mulher ganhadora, figura reconhecida e desejada quer por mulheres, quer por homens. Afinal, a divisão do trabalho pago no casal assume-se em Portugal como um ideal forte em correspondência com as práticas de elevada profissionalização feminina.

Ligando os aspectos da sobrevivência económica aos valores da família, um terceiro factor a considerar prende-se com a permanência de formas de organização doméstica propiciadoras de convivência prolongada entre pais e filhos. Ao contrário, aliás, do que acontece noutros contextos europeus, onde os jovens têm acesso mais precoce à independência residencial. Saídas tardias da casa de origem, muitas vezes induzidas pela ausência de recursos, reflectir-se-ão, muito provavelmente, nas representações, alimentando valores familialistas e muito centrados nos filhos. Certas recompensas individuais podem, afinal, ser adiadas e transferidas para a geração seguinte, concentrando as gratificações pessoais na pessoa dos filhos. De novo se revela, pela enorme prioridade concedida à família e sobretudo à criança, a expressão comparativamente débil do processo de individualização na sociedade portuguesa. Um processo que, longe de ser neutro, é também uma dinâmica de género e de desigualdade. Entre homens e mulheres são, afinal, os primeiros que mostram maiores tendências de individualização, mesmo a nível dos ideais. O modo como eles e elas concebem os seus papéis no quadro das relações familiares é consideravelmente ilustrativo, como nos indicaram os padrões de género descobertos pela análise factorial realizada para homens e para mulheres. Enquanto os primeiros tendem a conceber a participação masculina na esfera doméstica de forma relativamente autónoma, as segundas enfrentam os limites mais estreitos que as responsabilidades maternas e familiares lhes impõem, condicionando as representações femininas sobre si mesmas.

De uma forma geral, os valores da vida familiar são condicionados pela história que os fabricou, não constituindo Portugal, como é óbvio, uma excepção. O processo muito rápido de modernização, agilizado pela ruptura institucional do 25 de Abril de 1974, condensou em pouco mais de três décadas mudanças que noutros contextos demoraram o dobro do tempo. Por um lado, promoveram-se valores de igualdade de género e de direito das mulheres à profissão, mas sem romper com determinadas formas de «familialismo» e com certas lógicas de reprodução intergeracional.



No entanto, no quadro da comparação europeia, o «liberalismo moderado» português (apenas claramente mais modernista do que o dos países pós-soviéticos) deve ser interpretado cuidadosamente, evitando classificações excessivamente dicotómicas, entre tradicional e moderno, do mapa dos valores da vida familiar na Europa, tal como a análise de *clusters* realizada para o conjunto dos quinze países permitiu verificar.

Na realidade, juntando o Sul e o Norte da Europa, Portugal aproxima-se da vizinha Espanha e da Finlândia, partilhando com elas alguns traços modais. Sobressai, apesar de todas as diferenças, a orientação para a participação doméstica masculina e a visão igualitária da divisão do trabalho profissional no casal, enunciando um questionamento da divisão entre papéis femininos na esfera privada e papéis masculinos na esfera pública. A diferenciação tradicional de género é, portando, recusada no âmbito da divisão sexual do trabalho, conjugando-se, em todos estes países, algum familialismo (visível na forte centralidade da criança) com o direito das mulheres à profissão.

Noutros contextos de «liberalismo moderado» encontramos perfis de resposta que, embora globalmente modernistas, sinalizam diferentes caracteres tradicionalistas.

Um bom exemplo encontra-se entre os homens e as mulheres do Reino Unido e da Irlanda. Comparados com os portugueses, são menos centrados na criança e pouco familialistas, mas mais tradicionalistas relativamente ao papel masculino, à divisão do trabalho pago no casal ou mesmo à centralidade do casamento na vida pessoal. Um acento menor nos valores da reprodução familiar, indiciando, muito provavelmente, uma maior individualização na construção das identidades pessoais, deixa, entretanto, mais incólume o esquema da desigualdade sexual no trabalho, assim transparecendo concepções diferenciadas dos papéis de género na família.

Outras justaposições demonstrativas da cumplicidade entre moderno e tradicional descobrem-se ainda na Alemanha Ocidental, na Suíça ou na Holanda, países em que políticas maternalistas convivem com a domesticidade ou o emprego a tempo parcial das mulheres. Aqui a participação masculina na esfera doméstica ou a divisão do trabalho pago no casal também não são muito sublinhadas, ainda que se valorize (apesar das práticas) a independência da mulher. Por outro lado, no agrupamento dos países pós-soviéticos, não obstante os valores serem globalmente mais conservadores, tende-se a enfatizar a necessidade de participação masculina em casa e com os filhos, começando por questionar a desigualdade na divisão do trabalho.

Face a estes resultados, a classificação hierárquica dos países parece bastante insuficiente. Não se trata apenas de ser mais ou menos modernista, mas de regimes de género diferenciados. Em Portugal, a posição da mulher é ambivalente e os valores são familialistas, reduzindo eventuais independências individuais, mas a divisão sexual do trabalho obedece a normas orientadas para uma relativa igualdade. Noutros contextos elogiam-se valores mais individualistas, mas questiona-se menos a desigualdade nos papéis profissionais e domésticos, talvez traduzindo a que existe nas práticas. Em países como a Alemanha, a Holanda, o Reino Unido, são, afinal, mais frequentes as mães domésticas ou as que trabalham a tempo parcial enquanto os filhos são pequenos. Noutros contextos, muito modernistas em matéria de valores, como é o caso da Suécia, o trabalho feminino a tempo parcial acaba por gerar também algumas diferenciações de género a nível das práticas.

Uma segunda grande fileira de conclusões permitidas por esta análise prende-se precisamente com a transversalidade de certas clivagens de género nos vários países europeus. Podem tocar em dimensões diferentes, mas manifestam sempre alguma distância entre os ideais masculinos e femininos. Se, à primeira vista, outras coordenadas sociais (como o próprio contexto sócio-cultural de cada país, para não falar nas variações etárias ou de escolaridade) parecem ter mais impacto sobre o universo dos valores da vida familiar, as diferenças de género persistem no interior dos países e das categorias sociais. A variável «sexo» possui um efectivo potencial explicativo, contribuindo mesmo para clarificar outras fracturas sociais relevantes. No caso português sente-se o seu efeito em todos os grupos de escolaridade e em todos os grupos etários. As mulheres são sempre mais modernistas do que os homens, distância crescente à medida do aumento da escolaridade ou da diminuição da idade. Em qualquer grupo são sempre elas as mais igualitárias na divisão de papéis e as menos institucionalistas na concepção do casal e da família com filhos. Apenas no respeitante à centralidade da criança são um pouco mais tradicionalistas do que os homens. Em contrapartida, o casamento parece ser mais importante para a felicidade masculina, que aparece associada a uma visão mais institucionalista da vida familiar.

Apesar da generalidade das diferenças de género nos valores, os pomos da discórdia entre homens e mulheres dependem grandemente do contexto social, havendo também a este nível alguma variação europeia. Diferenças que indicarão, muito provavelmente, pontos sensíveis dos valores de género em consonância com a especificidade histórica e social de cada país.

Por vezes é o lugar da mulher a dimensão criadora de cisões entre homens e mulheres, como acontece na Alemanha Ocidental, onde o modelo de domesticidade se apresenta em dissonância com os ideais de independência feminina. Outras vezes é o lugar da criança a fonte de discordâncias entre homens e mulheres, como é o caso da Suécia; aí, apesar do pendor muito modernista, os homens continuam a ser mais conservadores na defesa do bem-estar da criança, em detrimento da autonomia feminina ou da abertura do ideal de família com filhos a formas não conjugais. Na Grã-Bretanha, as clivagens de género interpelam, por outro lado, o modelo de família, denunciando a maior ênfase masculina no casamento. Em França, outro dos países analisados com maior detalhe, destacam-se as distâncias geradas a propósito do modelo ideal de família e do próprio lugar da mulher, visto pelos homens de forma mais tradicionalista, em comparação com os ideais femininos, mais modernistas. Por outro lado, em Portugal e em Espanha algumas das dimensões mais importantes para equacionar as clivagens de género são, indubitavelmente, as da divisão sexual do trabalho, interpellando os papéis sociais femininos e sobretudo a entrada do homem no universo doméstico. A demanda pela participação masculina configura realmente uma representação forte e um ponto de discussão importante, muito embora Portugal e a Espanha apresentem, como sabemos, formas de divisão sexual do trabalho bastante diversas na prática (v. anexo, quadro 1.12).

Na óptica das clivagens de género, outro resultado relevante prende-se com o pendor mais modernista das respostas femininas, conclusão, aliás, aplicável a todos os contextos europeus pesquisados, reiterando a hipótese de um *gender gap* manifesto nos universos valorativos. Afinal, eles são sempre mais tradicionalistas do que elas, seja na Suécia, em Portugal ou na República Checa. As mulheres são, tal como propõem vários autores (por exemplo, Roussel, 1987), protagonistas incontestáveis das mudanças operadas na vida privada e nas relações sociais de género, mostrando maior adesão a valores da família igualitária, democrática, relacionalista, não obstante as desigualdades encerradas na divisão social do trabalho e as lógicas de dominação masculina persistentes na maior parte dos contextos (v. quadro 1.7). Conquanto muitos homens (sobretudo os portugueses, os espanhóis e os franceses) reconheçam o quão necessária é a sua participação em casa e com os filhos, o padrão de respostas masculino sofre normalmente recuos tradicionalistas quando se fala do papel da mulher, do casamento ou do ideal biparental de família.

De uma forma geral, as respostas dos homens seguem, em todos os contextos nacionais, um padrão mais homogéneo, não variando tanto como as das mulheres. Elas não só polarizam mais o eixo de resposta, oscilando por vezes entre posições ora muito modernistas, ora mais conservadoras, como apresentam maior heterogeneidade de ideais. Ou seja, o grupo feminino alberga maior diferenciação interna do que o masculino. Esta marca de género reflecte certamente os desafios colocados às mulheres na reformulação do seu lugar social e da sua identidade, entre responsabilidades privadas e públicas. Afinal, só mais recentemente o papel dos homens na vida familiar se transformou em objecto de questionamento social e político, como bem demonstra a transversalidade do modelo de trabalho masculino a tempo inteiro por comparação com a variabilidade da situação feminina: domésticas na Alemanha Ocidental, profissionais a tempo parcial na Grã-Bretanha ou na Suécia, trabalhadoras a tempo inteiro em Portugal ou em França.

As clivagens entre homens e mulheres reflectem-se mais ainda em diferentes padrões de resposta. Em traços gerais, os homens tendem a conceder maior autonomia ao seu próprio papel na esfera doméstica, enquanto as mulheres tendem a sublinhar a interdependência entre os vários protagonistas da vida familiar. Fazem, por conseguinte, a associação entre o papel feminino, o papel masculino e a divisão conjugal do trabalho não pago. Estes diferentes padrões de género, descobertos através de uma análise factorial dos nove índices de valores trabalhados ao longo do capítulo, observaram-se no caso português, mas são extensíveis a outros contextos, como a Grã-Bretanha ou a Alemanha Ocidental. Traduzem uma diferenciação fundamental e bem conhecida (v. Connell, 1995, e Bourdieu, 1998) dos processos de codificação da masculinidade (independente e autónoma) e da feminilidade (mais dependente e, portanto, a braços com a comparação de si face ao «outro dominante»).

Até este momento da exposição tentámos sintetizar as principais conclusões da análise, procurando demonstrar a diversidade de valores existente na geografia da Europa contemporânea, bem como comprovar o impacto do género sobre a produção dos valores da vida familiar, sinalizando a existência transversal de clivagens entre homens e mulheres. Os valores da vida familiar compõem uma realidade de género que não é anulada pelo efeito de outras coordenadas de pertença nacional, social ou geracional. Poder-se-ia, contudo, insistir em saber até que ponto se verifica uma relação de interdependência entre valores e práticas sexualmente diferenciadas. Entre os regimes de género ideais e os reais parece, afinal, interpor-se uma série de hiatos.

Com efeito, uma grande conclusão a que chegamos é a de que existe uma relação bastante complexa entre valores e práticas de diferenciação de género, não se verificando uma articulação linear entre os dois níveis da realidade. As causalidades, e as interpretações por elas suscitadas, diferem de contexto nacional para contexto nacional, inviabilizando, na comparação europeia, a identificação de um factor-chave para explicar o pendor mais ou menos modernista dos valores e a existência de determinados padrões de género. Ao contrário, deve sublinhar-se a variedade de conexões estatisticamente significativas entre práticas de género e valores de género.

A hipótese de que uma divisão do trabalho mais igualitária conduziria a concepções mais modernistas das relações de género na família não parece verificar-se. Em contextos de maior profissionalização feminina não se expressam necessariamente opiniões mais modernistas face à vida familiar, e vice-versa. A análise da desigualdade de género nas práticas de trabalho profissional (a mais relevante entre as que foram testadas: escolaridade, prática religiosa, posição política, composição do agregado doméstico) mostrou, realmente, uma face bastante diferente da «modernidade» dos países. Menos liberais em termos ideais, são as mulheres portuguesas com pelo menos uma criança em idade pré-escolar as que mais trabalham a tempo inteiro. Ao contrário, retendo o exemplo da Espanha, observamos que as posições muito modernistas têm como pano de fundo grandes desigualdades na divisão do trabalho, sendo frequente o modelo de domesticidade feminina. Noutros casos, como a Suécia ou a Grã-Bretanha, é ainda o tempo parcial que assume elevada expressão. Na Alemanha, por exemplo, valoriza-se grandemente a independência profissional das mulheres, mas em fraca correspondência com as práticas.

É, por conseguinte, necessário decompor os níveis de desigualdade de género para «classificar» países e realidades sociais, uma vez que as associações manifestadas entre práticas e representações são bastante complexas e requerem um aprofundamento da história e da especificidade económica e sócio-cultural de cada contexto nacional.

Além disso, numa última nota, a propósito da determinante social dos valores face à vida familiar e aos papéis de género, lembramos os principais resultados das análises de regressão linear efectuadas para os homens e as mulheres de cada um dos sete países. Através deste procedimento estatístico procurou-se demonstrar que nem sempre têm impacto as mesmas coordenadas sociais. Em primeiro lugar, homens e mulheres são afectados por diferentes variáveis sociais, biográficas e

sócio-profissionais. Além disso, em cada país constrói-se um modelo explicativo específico. A única variável que afecta simultaneamente as atitudes de homens e de mulheres de todos os países é a frequência da prática religiosa, demonstrando a importância da religiosidade na estruturação dos universos de representações sociais sobre a família e os papéis de género. Ao contrário, o impacto de coordenadas estruturais, como a idade ou a escolaridade, não é tão generalizável, parecendo mais dependente da estrutura social da população. Não é por acaso que em Portugal, mais do que em qualquer outro dos países, o impacto da escolaridade é muitíssimo elevado, sobretudo para as mulheres, embora também para os homens. Tão forte efeito dos anos passados na escola constitui o reflexo das desigualdades estruturais que sobrevivem em Portugal: as de classe e as de género.

## Anexo

Quadro 1.11 – Índices de atitudes face à vida familiar – médias por país em quinze países europeus

	Índice global				Total homens e mulheres								
	Total	Homens	Mulheres	Diferença H-M	Emprego e maternidade	Papel feminino	Papel masculino	Div. do trabalho no casal	Casamento e divórcio	Parentalidade e casamento	Coabitação	Centralidade da criança	Centralidade do casamento
<b>Total</b>	<b>3,34</b>	<b>3,25</b>	<b>3,42</b>	<b>-0,17</b>	<b>3,16</b>	<b>3,19</b>	<b>3,77</b>	<b>3,72</b>	<b>3,98</b>	<b>2,91</b>	<b>3,77</b>	<b>2,41</b>	<b>3,11</b>
Grã-Bretanha	3,32	3,23	3,40	-0,17	3,10	3,19	3,62	3,64	3,95	2,85	3,67	2,73	3,09
Irlanda	3,32	3,25	3,51	-0,26	3,17	3,13	3,65	3,71	3,81	2,91	3,48	2,84	3,13
Irlanda do Norte	3,30	3,24	3,34	-0,10	3,17	3,18	3,67	3,66	3,92	2,86	3,35	2,73	3,11
Holanda	3,44	3,35	3,51	-0,16	3,28	3,29	3,43	3,50	4,14	3,28	3,96	2,81	3,25
Suíça	3,36	3,28	3,46	-0,18	2,97	3,28	3,69	3,61	3,96	2,99	3,92	2,78	3,19
Alemanha Ocidental	3,35	3,27	3,42	-0,15	3,14	3,55	3,62	3,61	4,13	2,86	3,89	2,30	3,00
Noruega	3,51	3,40	3,59	-0,19	3,38	3,33	3,71	3,91	3,93	3,00	3,97	2,63	3,42
Suécia	3,61	3,49	3,71	-0,22	3,52	3,35	3,78	4,16	3,93	3,15	4,23	2,63	3,48
França	3,50	3,33	3,64	-0,31	3,23	3,34	3,96	3,94	4,15	2,82	4,17	2,34	3,43
Portugal	3,30	3,22	3,38	-0,16	2,72	3,08	4,11	3,87	4,18	2,84	3,71	1,87	3,15
Finlândia	3,34	3,20	3,46	-0,26	3,20	2,98	3,85	3,76	3,98	2,78	4,03	2,20	3,20
Espanha	3,50	3,42	3,56	-0,14	3,11	3,36	4,14	3,85	3,98	3,19	3,70	2,47	3,41
Alemanha de Leste	3,50	3,42	3,58	-0,16	3,81	3,85	3,62	4,11	4,22	3,08	3,85	1,94	2,76
República Checa	3,16	3,08	3,29	-0,21	3,20	2,98	3,74	3,52	3,82	2,73	3,67	2,03	2,76
Polónia	3,16	3,05	3,26	-0,21	2,98	3,11	3,74	3,32	3,71	2,84	3,42	2,36	2,59
Hungria	3,06	3,04	3,08	-0,04	2,94	2,66	3,58	3,50	3,90	2,83	3,89	1,62	2,47
Eslováquia	3,05	2,96	3,13	-0,17	3,20	2,84	3,67	3,52	3,95	2,28	3,00	2,17	2,72

88

Quadro 1.12 – Caracterização da população nos quinze países

Condição perante o trabalho dos homens e das mulheres com idades 18-65 anos  
(percentagens)

	Homens (n = 8620)				Mulheres (n = 9497)			
	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem trabalho	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem trabalho
<b>Total</b>	<b>69,5</b>	<b>3,4</b>	<b>0,9</b>	<b>26,2</b>	<b>40,8</b>	<b>16,1</b>	<b>2,2</b>	<b>40,9</b>
Alemanha Ocidental	71,6	1,1	-	27,3	34,2	16,3	0,3	49,2
Alemanha de Leste	63,3	1,1	-	35,6	43,5	9,5	-	47,0
Grã-Bretanha	73,4	4,5	0,7	21,4	40,8	23,7	3,4	32,1
Irlanda do Norte	65,8	6,1	-	28,1	29,3	27,2	-	43,6
Hungria	59,1	1,0	1,9	38,0	41,5	4,1	0,2	54,2
Irlanda	73,7	4,2	-	22,1	35,7	17,3	-	47,0
Holanda	65,8	9,1	5,3	19,8	17,3	33,7	12,4	36,6
Noruega	77,2	1,2	0,8	20,8	49,5	13,8	1,1	35,6
Suécia	75,8	4,5	1,7	18,0	46,8	26,4	2,1	24,7
República Checa	73,4	0,6	0,4	25,7	51,7	3,3	0,3	44,6
Polónia	54,5	3,4	-	42,1	41,1	4,6	2,8	51,5
Espanha	69,4	4,3	1,2	25,1	33,3	13,6	1,9	51,2
Eslováquia	63,0	0,6	-	36,4	55,2	4,3	0,9	39,6
França	70,1	2,1	0,1	27,6	44,6	17,2	2,4	35,8
Portugal	72,4	2,6	-	25,1	48,2	6,4	0,9	44,4
Suíça	76,2	8,6	0,5	14,7	29,2	37,1	2,3	31,3
Finlândia	70,8	2,4	1,2	25,7	51,3	11,4	2,8	34,5

89

**Quadro 1.13 – Caracterização da população nos quinze países (continuação)**

*Condição perante o trabalho dos homens e das mulheres com idades 18-40 anos e com pelo menos uma criança até 5-6 anos a viver em casa*  
(percentagens)

	Homens (n = 1084)				Mulheres (n = 1487)			
	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem emprego	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem emprego
<b>Total</b>	<b>86,1</b>	<b>3,0</b>	<b>0,6</b>	<b>10,4</b>	<b>29,7</b>	<b>20,0</b>	<b>2,6</b>	<b>47,7</b>
Alemanha Ocidental	86,0	2,0	-	12,0	13,2	23,5	-	63,2
Alemanha de Leste	82,4	5,9	-	11,8	26,7	-	-	73,3
Grã-Bretanha	82,7	-	-	17,3	24,8	32,3	0,6	42,2
Irlanda do Norte	80,0	4,4	-	15,6	23,7	30,3	-	46,1
Hungria	76,5	2,9	4,4	16,2	21,1	8,9	-	70,0
Holanda	77,8	13,9	2,8	5,6	4,0	54,0	12,0	30,0
Noruega	90,7	0,8	0,8	7,6	45,0	13,4	0,7	40,9
Suécia	85,5	5,8	-	8,7	26,5	32,4	4,4	36,8
República Checa	87,3	-	1,6	11,1	23,1	2,6	1,3	73,1
Polónia	81,2	1,2	-	17,6	25,6	4,0	11,2	59,2
Espanha	90,2	4,1	-	5,7	27,3	14,8	2,8	55,1
França	91,5	2,1	-	6,4	42,3	25,3	2,1	30,4
Portugal	85,7	2,9	-	11,4	53,1	11,1	-	35,8
Suíça	86,9	8,2	-	4,9	6,2	44,6	1,5	47,7
Finlândia	91,5	1,2	-	7,3	41,8	9,9	3,3	45,1

**Quadro 1.14 – Descrição dos códigos das variáveis utilizadas nas regressões lineares**

Variáveis independentes	Códigos
Sexo	1 homem ..... 2 mulher
Idade	Mínimo 18 ..... máximo 96
Situação conjugal	1 casado/coabitação ..... 2 não casado
Número de anos de escolaridade	0 sem escolaridade ..... 30 anos (95 – a frequentar a escola; 96 – a frequentar o ensino superior)
Posição política	1 esquerda ..... 10 direita
Frequência da prática religiosa	1 algumas vezes por semana ..... 8 nunca
Número de crianças até 5/6 anos no grupo doméstico	0 ..... 4 crianças
Número total de pessoas no grupo doméstico	1 ..... 14
Situação profissional do homem	1 sem trabalho; 2 < tempo parcial; 3 tempo parcial; 4 tempo inteiro
Situação profissional da mulher	1 sem trabalho; 2 < tempo parcial; 3 tempo parcial; 4 tempo inteiro
Horas de trabalho profissional do homem	0 ..... 96
Horas de trabalho profissional da mulher	0 ..... 90
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	1 algumas vezes por semana ..... 4 nunca
Dificuldades de concentração no trabalho profissional	1 algumas vezes por semana ..... 4 nunca